



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Apoio Político e Voto: A Emergência dos Novos Competidores em Espanha

Filipe André Pacheco Messias da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciência Política

Orientadora:

Doutora Ana Maria Belchior, Professora Auxiliar com Agregação,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2017

Agradecimentos

As primeiras palavras de agradecimento terão que ir para a minha orientadora, Professora Ana Maria Belchior, pela disponibilidade sempre demonstrada para que este trabalho se encaminhasse no melhor sentido. Pela exigência, rigor e competência. Pela autonomia concedida para resolver o problema que coloquei desde o esboço deste trabalho. Mais, para mim muito importante, pela compreensão que manifestou relativamente às minhas angústias. Sem isso, este trabalho não teria sido possível.

Às minhas colegas de mestrado Joana Rebelo Moraes, Mariana Carmo Duarte e Susana Rogeiro Nina, pelo esclarecimento de algumas dúvidas que foram surgindo ao longo do trabalho. À Mariana, de novo, pela disponibilização de alguns dados.

A todos os Professores do Mestrado em Ciência Política do ISCTE, pois os ensinamentos transmitidos foram fundamentais para a realização desta dissertação. Um agradecimento particular à Professora Ana Espírito Santo, pelas sugestões referentes à literatura científica, que permitiram um aprofundamento, em termos metodológicos. Ao Professor André Freire, pelo incentivo que me deu para continuar a estudar os fenómenos políticos. Ao Professor José Santana Pereira, pelos conselhos que ajudaram a melhorar as minhas apresentações. À Professora Guya Accornero, pelos artigos que disponibilizou sobre os movimentos sociais.

À Gracinda Rodrigues e à Vanessa Boto, pela revisão da formatação do trabalho e por todo o apoio e incentivo que me deram.

À Maria João Moraes, por manter-me sempre informado da realidade política espanhola e por me ter acolhido em Madrid para que eu pudesse presenciar os encontros e os comícios do Podemos.

Ao Adriano Nobre e ao Jorge Miguel Paulino, pela leitura e revisão de partes do trabalho. Ao Filipe Adrião, pelo apoio logístico.

Quero deixar um agradecimento especial à minha amiga Vanessa Reis, por ser a pessoa que nunca me falha e que me motiva a nunca desistir. No contexto geográfico onde foi redigida esta dissertação, pouco propenso ao aprofundamento do conhecimento científico, a sua preocupação e o seu apoio foram fundamentais.

Ao João Carlos Malta, por questionar sempre as verdades dadas como adquiridas, impedindo-me assim de enveredar pelo caminho do dogmatismo.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã, por todo o apoio e por serem pessoas tão especiais na minha vida. Um agradecimento aos meus tios, também pelo apoio e pela importância que têm na minha formação.

Resumo

Após a eclosão da crise internacional de 2008, os níveis de confiança dos cidadãos nas instituições políticas, de satisfação com o funcionamento da democracia e das avaliações da situação política sofreram um declínio considerável. No mesmo período, assistiu-se a uma rejeição dos partidos tradicionais nas eleições europeias de 2014. Essa tendência acentuou-se e confirmou-se nas eleições legislativas de 2015 e de 2016. Nesta pesquisa faz-se uma análise descritiva que mostra que a erosão da confiança dos cidadãos nas instituições políticas e da satisfação com o funcionamento da democracia não foi um processo uniforme na Europa e que afetou particularmente a Espanha. Demonstra-se ainda que a fragmentação do sistema partidário espanhol conduziu a uma mudança do seu formato. Em termos explicativos, analisam-se os efeitos das variáveis abrangidas pelo conceito de apoio político de David Easton (1975) (confiança nas instituições políticas, satisfação com o funcionamento da democracia e avaliações da situação política) sobre o voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos nas eleições legislativas de 2016, por comparação com os partidos catch-all espanhóis, não descurando os efeitos das tradicionais variáveis explicativas do voto em Espanha. O argumento defendido é que a crise económica não contribuiu diretamente para a ascensão eleitoral do Unidos Podemos e do Ciudadanos. A crise exponenciou a degradação da confiança dos cidadãos nas instituições políticas e a insatisfação com o funcionamento da democracia. O acentuar da desconfiança política e da insatisfação com o funcionamento da democracia traduziu-se na rejeição dos partidos *mainstream* nas eleições legislativas de 2016.

Palavras-Chave: Ciudadanos, Unidos Podemos, PP, PSOE, eleições legislativas de 2016, comportamento eleitoral, fragmentação do sistema partidário, apoio político.

Abstract

After the outbreak of the 2008 international crisis, the levels of public confidence in the political institutions, the satisfaction with the way democracy works and the assessments of the political situation have declined sharply. In the same period, there was a rejection of traditional parties on the European elections of 2014. This trend has been accentuated and confirmed in the legislative elections of 2015 and 2016. In this research it is made a descriptive analysis that shows that the erosion of the citizens' trust in political institutions and satisfaction with the way democracy works was not a uniform process in Europe and that it particularly affected Spain. It is also shown that the fragmentation of the Spanish party system has led to a change in its format. In explanatory terms, we analyze the effects of the variables covered by David Easton's (1975) concept of political support (trust in political institutions, satisfaction with the functioning of democracy and assessments of the political situation) on the Unidos Podemos and on Ciudadanos vote in the 2016 legislative elections, by comparison with the Spanish catch-all parties, not neglecting the effects of the traditional explanatory variables of the vote in Spain. The argument advocated is that the economic crisis did not directly contribute to the electoral rise of Unidos Podemos and Ciudadanos. The crisis has heightened

the degradation of the citizens' confidence in the political institutions and the dissatisfaction with the way democracy works. The accentuation of political mistrust and dissatisfaction with the functioning of democracy has resulted in the rejection of mainstream parties in the 2016 legislative elections.

Keywords: Ciudadanos, Unidos Podemos, PP, PSOE, 2016 legislative elections, electoral behaviour, party system fragmentation, political support.

Índice

Índice de quadros.....	v
Índice de figuras	vii
Glossário de siglas.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – TEORIA	3
1.1. Os sistemas partidários e a confiança e avaliações das instituições políticas.....	3
1.1.1. Estabilidade e Mudança nos Sistemas Partidários.....	3
1.1.1.1. A emergência de novos valores e de novos partidos.....	6
1.1.2. A confiança nas instituições políticas e a avaliação do seu desempenho.....	8
1.2. Problemática e Objetivos.....	11
1.3. O Modelo de Análise.....	14
1.3.1. Apoio Difuso e Apoio Específico.....	15
1.3.2. Hipóteses de Investigação	17
CAPÍTULO II – A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA EM ESPANHA	21
2.1. Causas e indicadores da crise	21
CAPÍTULO III – OPERACIONALIZAÇÃO E DADOS	23
3.1. Dados.....	23
3.2. Operacionalização e procedimentos de análise dos dados	24
CAPÍTULO IV – O SISTEMA PARTIDÁRIO ESPANHOL E O APOIO POLÍTICO	26
4.1. Evolução do sistema partidário espanhol	27
4.2. Evolução dos níveis de apoio político	30
CAPÍTULO V – APOIO POLÍTICO E VOTO EM ESPANHA	34
5.1. A confiança política, a satisfação com o funcionamento da democracia, as avaliações políticas e o voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos.....	35
CONCLUSÃO.....	39
BIBLIOGRAFIA.....	41
FONTES.....	47
ANEXOS.....	I

Índice de quadros

CAPÍTULO II – A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA EM ESPANHA

Quadro n.º 2.1. – Evolução dos indicadores macroeconómicos em Espanha	21
---	----

CAPÍTULO IV – O SISTEMA PARTIDÁRIO ESPANHOL E O APOIO POLÍTICO

Quadro n.º 4.1. – Volatilidade Total, LSq, Proporção do Voto dos dois principais partidos, NEPE, NEPP nas Eleições Legislativas	28
---	----

CAPÍTULO V - APOIO POLÍTICO E VOTO EM ESPANHA

Quadro n.º 5.1. – Determinantes de apoio político no voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos, por comparação com o PP e o PSOE	36
---	----

Quadro n.º 5.2. - Determinantes do voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos por comparação com o PP e o PSOE	37
--	----

ANEXOS

Quadro A.1. – Mediana da Perceção do Eleitorado ao Posicionamento ideológico dos partidos	I
---	---

Quadro C.1.1. – Sumário das Variáveis independentes e dependente, Unidos Podemos	II
--	----

Quadro C.1.2. - Sumário das variáveis independentes e dependente, Ciudadanos	III
--	-----

Quadro C.1.3. – Distribuição do voto dos inquiridos (VD), Podemos (1); PP/PSOE (0)	III
--	-----

Quadro C.2.1.1. – Inferência sobre o modelo, Bloco 1, (teste do <i>chi-square</i>), Unidos Podemos	IV
---	----

Quadro C.2.1.2. – Sumário do Modelo, Bloco 1, voto, Unidos Podemos	IV
--	----

Quadro C.2.1.3. – Ajustamento do Modelo aos dados, Bloco 1, voto Unidos Podemos	IV
---	----

Quadro C.2.1.4 – Determinantes do voto no Unidos Podemos, por comparação com PP e PSOE, Bloco 1	IV
---	----

Quadro C.2.1.5. - Inferência sobre o modelo (teste do <i>chi-square</i>), Bloco 2, Unidos Podemos	V
--	---

Quadro C.2.1.6. – Sumário do Modelo, Bloco 2, voto Unidos Podemos	V
---	---

Quadro C.2.1.7. – Ajustamento do modelo aos dados, Bloco 2, voto Unidos Podemos	V
---	---

Quadro C.2.1.8. – Determinantes do voto no Unidos Podemos, por comparação com o PP/PSOE, Bloco 2	V
--	---

Quadro C.2.2.1. - Inferência sobre o modelo (teste do <i>chi-square</i>), Bloco 1, voto no Ciudadanos	VI
--	----

Quadro C.2.2.2. – Sumário do Modelo, Bloco 1, voto no Ciudadanos	VI
--	----

Quadro C.2.2.3. – Ajustamento do modelo aos dados, Bloco 1, voto no Ciudadanos	VI
--	----

Quadro C.2.2.4. – Determinantes do voto no Ciudadanos, por comparação com o PP/PSOE, Bloco 1	VII
--	-----

Quadro C.2.2.5. – Inferência sobre o modelo (teste do <i>chi-square</i>), Bloco 2, voto no Ciudadanos	VII
--	-----

Quadro C.2.2.6. – Sumário do Modelo, Bloco 2, voto no Ciudadanos	VII
--	-----

Quadro C.2.2.7. – Ajustamento do modelo aos dados, Bloco 2, Ciudadanos	VII
--	-----

Quadro C.2.2.8. – Determinantes do voto no Ciudadanos, por comparação com o PP e o PSOE, Bloco 2	VIII
--	------

Quadro C.3.1. – Independência das variáveis independentes, Unidos Podemos	VIII
---	------

Quadro C.3.2. – Independência das variáveis independentes, Ciudadanos.....	IX
--	----

Índice de figuras

CAPÍTULO I - TEORIA

Figura n.º 1.1. - Esquema das dimensões e das variáveis de apoio político incluídas no modelo ... 17

CAPÍTULO IV – O SISTEMA PARTIDÁRIO ESPANHOL E O APOIO POLÍTICO

Figura n.º 4.1. - Percentagem de cidadãos que confia nos Partidos Políticos 31

Figura n.º 4.2. - Percentagem de cidadãos que confia no Parlamento 32

Figura n.º 4.3. - Percentagem de cidadãos que confia na Justiça 32

Figura n.º 4.4. - Percentagem de cidadãos com avaliações mais negativas do funcionamento da democracia 33

Figura n.º 4.5. - Percentagem de cidadãos com avaliações negativas da situação política 34

Glossário de siglas

AltV	Volatilidade eleitoral entre partidos existentes no sistema partidário
AP	Alianza Popular
CIS	Centro de Investigaciones Sociológicas
CISE	Centro Italiano Studi Elettorali – Italian Center for Electoral Studies
CiU	Convergència i Unió
Ecofin	Economic and Financial Affairs Council
ESS	European Social Survey
G20	Grupo dos 20
IU	Izquierda Unida
LSq	Least Squares Index (Índice dos Mínimos Quadrados)
NEPE	Número Efetivo de Partidos Eleitorais
NEPP	Número Efetivo de Partidos Parlamentares
OthV	Volatilidade eleitoral entre partidos com menos de 1% entre duas eleições
PCE	Partido Comunista de España
PIB	Produto Interno Bruto
PNV	Partido Nacionalista Vasco
PP	Partido Popular
PSOE	Partido Socialista Obrero Español
VT	Volatilidade Eleitoral Total
Reg V	Volatilidade eleitoral entre partidos que entraram ou saíram do sistema partidário
UCD	Unión de Centro Democrático
UE	União Europeia
UPyD	Unión Progreso y Democracia

INTRODUÇÃO

A literatura tem vindo a dar conta da existência de uma tendência para o crescimento da desconfiança nas instituições políticas nas democracias dos países industriais avançados e da insatisfação do público com o funcionamento com a democracia (Dalton 1999, 2004; Klignemann 1999; Norris 1999; Nye, Zelikow, e King 1997; Pharr e Putnam 2000). Essa tendência acentuou-se durante o período da grande crise mundial iniciada em 2008, em particular nos países do Sul da Europa. Estes países foram dos mais afetados por esse declínio da confiança nas instituições políticas (Belchior 2015; Teixeira, Tsatsanis e Belchior 2014; Torcal 2014), com reflexos no comportamento político dos indivíduos. Em Espanha, após a emergência da crise, o Partido Popular (PP) e o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) obtiveram a mais baixa proporção de votos de sempre nas eleições gerais de 2015 e de 2016. O que significa que a deterioração das condições económicas não penalizou apenas o partido no governo. A maioria dos estudos sobre a confiança nas instituições políticas e sobre as avaliações do funcionamento da democracia tem-se dedicado quase exclusivamente a analisar as causas das suas oscilações (Dalton 2004; Klingemann e Fuchs 1995; Norris 1999, 2011; Nye, Zelikow, e King 1997; Pharr e Putnam 2000). Pouca literatura sobre o comportamento eleitoral tem introduzido os níveis de confiança nas instituições políticas como variáveis como explicativas (Bélanger e Nadeau 2005; Hetherington 1999; Hooghe, Marien e Pauwels 2011). No presente estudo, que se debruça sobre as eleições legislativas de 2016 em Espanha, propomo-nos analisar os efeitos dessas variáveis sobre o voto. Num período em que se registou um considerável declínio nos níveis de confiança nas instituições políticas e um aumento das avaliações negativas ao seu desempenho, a reação do eleitorado traduziu-se na rejeição dos partidos tradicionais nas eleições de europeias de 2014. Essa tendência acentuou-se e confirmou-se nas eleições legislativas de 2015 e de 2016. Tendo como ponto de partida estes dados, esta pesquisa pretende colmatar a escassez de estudos em que o foco da análise incide sobre os efeitos dos níveis de confiança nas instituições políticas e das avaliações ao seu desempenho sobre o comportamento eleitoral. O objetivo é avaliar se estas variáveis são significativas na explicação do reforço dos resultados eleitorais do Ciudadanos e do Podemos.

A opção pelo estudo das eleições gerais espanholas de 2016 deve-se ao facto de Espanha ser um caso paradigmático no que diz respeito à reconfiguração do seu sistema partidário. Além disso, a disponibilidade da base de dados do inquérito pós-eleitoral respeitante às eleições legislativas de 2016, da responsabilidade do Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), permite analisar os efeitos das atitudes políticas dos espanhóis sobre o voto. Outra das razões prende-se com as características dos partidos, cujos resultados eleitorais em 2015 e 2016 produziram uma considerável fragmentação do sistema partidário: o Unidos Podemos e o Ciudadanos. O Ciudadanos, um partido fundado em 2005 na Catalunha, assenta o seu discurso na crítica ao bipartidarismo e no apelo à renovação e à reforma das instituições democráticas. Além disso, esta força política tem vindo a adotar uma estratégia de disputa do eleitorado insatisfeito com o PP e o PSOE e a reclamar um posicionamento ideológico que

ultrapassa a fronteira esquerda/direita (Teruel e Barrio 2015). A diluição dessa fronteira ideológica é um traço que o Ciudadanos partilha com o Podemos. Este último partido foi fundado meses antes das eleições europeias de 2014, nas quais obteve 7,9% da votação. O Podemos, que se apresentou nas eleições gerais de 2016 coligado com a Izquierda Unida (IU), com a denominação de Unidos Podemos, adota igualmente um discurso bastante crítico relativamente ao funcionamento do sistema político, em concreto à sua falta de transparência e de responsividade. Além disso, trata-se de uma força partidária com traços populistas e com posições fortemente críticas em relação às desigualdades produzidas pelo sistema económico e financeiro (Sola e Rendueles 2017).

Klingemann (1999) argumenta que o aumento dos cidadãos insatisfeitos com o desempenho da democracia funciona como uma espécie de força catalisadora da reforma das instituições democráticas. Desse modo, os cidadãos insatisfeitos com o desempenho das instituições democráticas podem ter encarado estes partidos como canais para expressarem a sua insatisfação e desconfiança institucional. O argumento deste estudo é que o apoio eleitoral ao Unidos Podemos e ao Ciudadanos nas eleições legislativas de 2016 não resultou apenas da deterioração da situação económica espanhola. Parece também ter resultado do aumento das avaliações negativas dos cidadãos em relação ao sistema político e da erosão da confiança nas suas instituições. Neste sentido, impõe-se a questão: em que medida a erosão do apoio às instituições democráticas influenciou o voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos? No entanto, como não descuramos os efeitos da religião, das avaliações da economia e da ideologia sobre o voto, a análise do efeito da confiança institucional e das avaliações políticas é controlado pelas variáveis que tradicionalmente explicam o comportamento eleitoral em Espanha. Em função desta breve e primeira problematização, os objetivos traçados para esta investigação são: a) analisar a evolução das características do sistema partidário democrático espanhol e as alterações que este sofreu após a deflagração da crise económica internacional; b) analisar a evolução dos níveis de confiança política, de satisfação com o funcionamento da democracia e da avaliação da situação política em Espanha durante o mesmo período; c) analisar os efeitos produzidos por estas variáveis sobre o voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos nas eleições legislativas de 2016, por comparação com os partidos catch-all.

Este estudo está dividido em cinco capítulos. O Capítulo I é dedicado à revisão da literatura, à problematização e definição de objetivos e à explicação do modelo teórico. O Capítulo II descreve as causas da crise económica em Espanha e a evolução dos indicadores macroeconómicos. O Capítulo III identifica os dados utilizados e descreve os métodos e a operacionalização da pesquisa. O Capítulo IV analisa descritivamente a evolução das características do sistema partidário espanhol e contempla ainda uma análise descritiva, longitudinal e comparativa dos níveis de confiança nas instituições políticas, da satisfação com o funcionamento da democracia e das avaliações à situação política. O Capítulo V analisa os determinantes do voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all espanhóis.

CAPÍTULO I – TEORIA

Este capítulo dá relevo aos contributos teóricos que suportam a pesquisa. O primeiro ponto sistematiza a literatura relevante sobre os sistemas partidários, a emergência de novos partidos e os determinantes do voto nas democracias ocidentais. É dada particular atenção às variáveis consideradas essenciais para explicar o comportamento eleitoral em Espanha. No primeiro ponto do capítulo é feita ainda uma sistematização da literatura sobre a confiança política e é explicada a importância do conceito de apoio político (Easton 1975) para sustentar a argumentação da investigação aqui desenvolvida. O segundo ponto contempla a problemática e os objetivos do estudo. O capítulo apresenta ainda o modelo de análise e as hipóteses a serem testadas empiricamente.

1.1. Os sistemas partidários e a confiança e avaliações das instituições políticas

1.1.1. Estabilidade e Mudança nos Sistemas Partidários

Para se compreender as características e a evolução de um determinado sistema partidário, é necessário colocar em evidência os fatores que contribuem para a sua estabilidade, ou instabilidade, assim como o peso explicativo dos vários determinantes do voto. Tendo em consideração que nesta pesquisa propomo-nos a analisar a importância da confiança institucional e das avaliações políticas sobre o voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos, em comparação com os partidos catch-all, neste capítulo sistematizam-se os fatores considerados relevantes pela literatura para explicar o comportamento eleitoral nas sociedades ocidentais. Este é um primeiro aspeto abordado nesta seção. Depois, são clarificados os efeitos das mudanças sociais e das transformações ocorridas nas sociedades industriais avançadas sobre o perfil sociológico do eleitorado. Em consequência dessas alterações, muita literatura tem vindo a sugerir que se regista uma perda gradual da influência das variáveis socio-estruturais sobre o comportamento eleitoral. É salientada nesta mesma secção a importância de várias abordagens explicativas do apoio partidário, de modo a entender-se também o comportamento eleitoral em Espanha nas últimas décadas.

Na literatura da ciência política, o debate sobre as dinâmicas dos sistemas partidários ocidentais tem sido bastante fecundo desde a década de 60. Este debate tem colocado em evidência até que ponto a estabilidade dos vários sistemas partidários pode ser explicada a partir das clivagens socio-estruturais das democracias ocidentais. As mudanças sociais e económicas ocorridas nas sociedades ocidentais depois da Segunda Guerra Mundial também têm merecido um lugar de destaque na explicação da alteração do comportamento eleitoral. Se durante os anos 60 as evidências empíricas apontavam para a perspectiva de uma relativa estabilidade dos sistemas partidários, esses resultados começaram a ser questionados durante os anos 70. A partir desta década, alguns estudos começaram a destacar que os crescentes níveis de volatilidade eleitoral e de fragmentação dos sistemas partidários

são indicadores das alterações de fundo sofridas pelos tradicionais alinhamentos partidários (ver, por exemplo, Dalton, Flanagan e Beck 1984).

Na literatura produzida na década de 60, as clivagens socio-estruturais são entendidas como o principal fator explicativo das escolhas partidárias. Alguns estudos produzidos nessa década sugerem que, durante grande parte do século XX, a estabilidade do comportamento eleitoral e dos sistemas partidários assentou em clivagens socio-estruturais. Nesta perspectiva, essas clivagens servem como âncoras da estabilização dos sistemas partidários desde a implementação do sufrágio universal. A ancoragem socio-estrutural do voto faz prevalecer a ideia de sistemas partidários estáveis. Lipset e Rokkan (1967) defendem que os sistemas partidários são estruturados em torno das clivagens produzidas por duas importantes revoluções ocorridas no ocidente: a nacional e a industrial. Enquanto as clivagens “centro-periferia” e “estado-igreja” foram um produto da revolução nacional, as clivagens “capital-trabalho” e “urbano-rural” foram originadas pela revolução industrial. A ideia de estabilidade e de congelamento dos sistemas partidários desenvolvida por Lipset e Rokkan na década de 60 pode ser sintetizada do seguinte modo: *“the party systems of the 1960’s reflect, with few but significant exceptions, the cleavage structures of the 1960’s”* (Id., pág. 50).

Este argumento teórico começou a ser testado empiricamente, pela primeira vez, no início da década de 70 (Rose e Urwin 1970) e, desde aí, um vasto corpo de literatura tem vindo a debruçar-se sobre a validade dessa hipótese. Alguns desses estudos começam a usar dados agregados para analisar a estabilidade dos sistemas partidários. Através da análise da mudança da força eleitoral dos partidos entre várias eleições, dos níveis de fragmentação dos sistemas partidários e dos níveis de polarização ideológica, a literatura tem vindo a chegar a conclusões diferenciadas no que diz respeito à estabilidade dos sistemas partidários. (Maguire 1983; Pedersen 1979; Rose e Urwin 1970; Shamir 1984; Wolinetz 1979). Num estudo que analisa 142 eleições realizadas em 19 países, Rose e Urwin (1970) sugerem que os níveis de volatilidade eleitoral registados possibilitam chegar à conclusão que os sistemas partidários ocidentais não sofreram grandes alterações no período do pós-guerra.

Da década 70 para a frente, os resultados apresentados por várias pesquisas têm vindo a desafiar o argumento de que os sistemas partidários têm vindo a manter-se estáveis ao longo das décadas. A denominada literatura revisionista sugere que o aumento dos níveis de volatilidade partidária, de fraccionalização e de fragmentação dos sistemas partidários verificados a partir das décadas de 60 e de 70 não permite sustentar que os sistemas partidários sejam estruturas estáveis e cristalizadas. Essa instabilidade é entendida como indicativa do enfraquecimento das clivagens socio-estruturais. (Dalton, Flanagan e Beck 1984; Maguire 1983; Pederson 1979; Wolinetz 1979).

Os resultados apresentados pela literatura revisionista não deixam, no entanto, de ser questionados. Fazendo uma análise das tendências de longo prazo dos níveis agregados de volatilidade em várias democracias ocidentais, estudos da década de 90 sugerem que o comportamento eleitoral continua a ser estável e que não existem evidências que comprovem a existência de um desalinhamento dos sistemas partidários das democracias ocidentais. Estas pesquisas demonstram que

o nível médio agregado de volatilidade nas democracias ocidentais depois de 1945 é inferior à volatilidade agregada registada no período entre as duas guerras mundiais (Bartolini e Mair 1990; Mair 1997).

Numa outra perspetiva, a estabilidade dos sistemas partidários é analisada em função da evolução das características dos partidos. Na década de 60, Kirchheimer (1966) advoga que os sistemas partidários estabilizam através do processo de transformação dos partidos de massas em partidos catch-all. Estes partidos caracterizam-se por lançar apelos eleitorais a um público mais heterogéneo e abrangente. Sendo partidos que têm como objetivos prioritários a obtenção de dividendos eleitorais imediatos, o seu conteúdo ideológico é mais vago. O carácter vago da componente ideológica desses partidos está intimamente ligado às mudanças sociais e económicas observadas nas sociedades ocidentais no período do pós-guerra. O aumento dos níveis de segurança e de crescimento económico e a implementação de políticas redistributivas, em virtude da institucionalização do *Welfare State*, provocou alterações no perfil sociológico do eleitorado. É nesse contexto que, ainda na década de 60, é proclamado o fim da ideologia e que se sustenta a emergência da era da política do consenso (Bell 1964 [1960]; Lane 1965).

Tomando em consideração as mudanças sociais resultantes do processo de modernização ocorrido nas sociedades ocidentais após o fim da Segunda Grande Guerra, outras abordagens propõem a análise da evolução do peso explicativo das variáveis religiosas e de classe sobre o voto. Essas pesquisas mostram que o seu poder explicativo tem vindo a diminuir ao longo do tempo (ver, por exemplo, Dalton 2002; Dalton, Flanagan e Beck 1984; Dogan 2001). A fragilização dos vínculos de classe e religiosos é uma das razões apontadas para o declínio do potencial explicativo dessas variáveis sobre o voto. Literatura mais recente confirma essa tendência para a diminuição do poder explicativo da religião sobre o voto (de Graaf, Jansen e Need 2013). Outras análises, que se debruçam especificamente sobre a evolução da influência da classe social sobre o voto, têm vindo a confirmar a mesma tendência (Clark e Lipset 1991; Franklin 1984; Inglehart 1984; Inglehart e Rabier 1986; Jansen, Evans e de Graaf 2013; Nieuwbeerta e de Graaf 1990; Sainsbury 1985).

Sendo o foco desta pesquisa analisar a importância da confiança política e das avaliações da situação política sobre o voto nas eleições legislativas espanholas de 2016, é importante contextualizar esta abordagem com a pesquisa prévia sobre os fatores explicativos do voto em Espanha. Apesar de na fase inicial do sistema partidário democrático espanhol o voto estar fortemente enraizado nas clivagens religiosa e de classe, grande parte da literatura sustenta que os seus efeitos têm vindo a decrescer. Na década de 90, por exemplo, o peso da religião e da classe social na explicação do voto é muito menos pronunciado do que em finais da década de 70 e durante a década de 80 (Gunther 2005; Gunther e Montero 2001; Montero 1998). Os processos de secularização e de modernização da sociedade espanhola na década de 80 são também apontados como as principais causas do declínio do poder explicativo das duas variáveis sobre voto (Gunther e Montero 2001; Montero 1998). As características dos principais partidos espanhóis, que assumiram desde a fase inicial do sistema

partidário estratégias catch-all, também são entendidas como uma causa relevante do declínio da influência da classe e da religião sobre o voto (Gunther 2005; Montero 1998).

Dada a diminuição que se tem vindo a verificar do voto de classe e do voto religioso nas sociedades ocidentais, alguma literatura sugere que a ideologia e as posições ideológicas do eleitorado relativamente aos temas políticos têm vindo a ganhar relevância na explicação do comportamento eleitoral (Franklin 1992; van der Brug 2010; van der Brug, Hobolt e de Vreese 2009). Estes estudos demonstram ainda que a redução do voto de classe e religioso e o aumento da força explicativa das posições ideológicas do eleitorado tem também uma componente geracional. Ou seja, devido à sucessão geracional e ao perfil sociológico destes novos grupos, a ancoragem do voto à religião e à classe social diminuiu. Na literatura sobre o comportamento eleitoral em Espanha essa é a perspetiva dominante. Essas pesquisas indicam que a ideologia é o preditor que exerce maior influência sobre as escolhas partidárias e o que mais tem contribuído para a estabilização do sistema partidário democrático ao longo do tempo (Gunther e Montero 2001; Maravall e Przeworski 1999; Montero 1998).

A literatura sobre o voto económico tem vindo, no entanto, a desafiar esta perspetiva. Esta corrente sustenta que o partido incumbente é recompensado eleitoralmente quando as condições económicas são favoráveis. Quando estas são adversas, os eleitores tendem a castigar nas urnas o partido de governo. Num estudo sobre várias democracias europeias, Lewis-Beck (1986) encontra evidências de que as perceções favoráveis do eleitorado sobre o estado da economia, mediadas pelas perceções do desempenho do governo, faz crescer significativamente a probabilidade de os eleitores votarem no partido incumbente. Esta perspetiva é partilhada por estudos recentes sobre as escolhas partidárias em Espanha. Estas pesquisas sustentam que, independentemente dos efeitos da ideologia sobre o voto, as avaliações à situação da economia do país têm vindo a ganhar maior influência na explicação do comportamento eleitoral nas últimas duas décadas (Fraile e Lewis-Beck 2010; 2014).

1.1.1.1. A emergência de novos valores e de novos partidos

Sendo um dos propósitos desta investigação analisar os efeitos dos níveis de confiança nas instituições políticas e das avaliações ao seu desempenho sobre o apoio eleitoral ao Ciudadanos e ao Unidos Podemos nas eleições de 2016, esta seção serve o propósito de mostrar como alguma literatura científica tem vindo a explicar o aparecimento de novos partidos. Por um lado, essas análises defendem que o surgimento de novas clivagens contribuiu para o aparecimento de novos partidos de esquerda. Por outro, mostram como a ausência de resposta das instituições democráticas às reivindicações de um eleitorado com um perfil diferente dos apoiantes dos partidos tradicionais fez acelerar o aparecimento de novos partidos. Desse modo, a ausência de articulação política dos interesses de uma parte do eleitorado por parte dos partidos tradicionais é entendida como a ignição para a afirmação de novas forças partidárias.

Os partidos da nova esquerda surgem inicialmente num contexto de emergência de valores pós-materialistas e libertários, ao mesmo tempo que se verifica a redução da ancoragem do voto nas clivagens socio-estruturais (Inglehart 1974; 1990; Inglehart e Rabier 1986; Inglehart e Flanagan 1987; Kriesi 1998). Inglehart (1974, 1990), por exemplo, defende que a emergência de novos valores produz um decréscimo voto com base na classe social. Este autor sugere que o eleitorado da classe trabalhadora, quando os temas pós-materialistas são mais salientes, passa também a votar em partidos de direita. Os valores pós-materialistas surgiram gradualmente nas sociedades ocidentais depois da Segunda Guerra mundial, quando estas atingiram níveis de segurança e de desenvolvimento económico consideráveis. Atingidos determinados graus de desenvolvimento e de segurança, o público das sociedades ocidentais mais prósperas começou a apoiar temas relacionados com a qualidade de vida, a defesa do ambiente, o feminismo ou o combate à energia nuclear (Inglehart 1974, 1990). É nesse contexto que surgem os partidos da designada esquerda libertária, - os chamados partidos ecologistas ou da nova esquerda -, bastante críticos da regulação da sociedade pelas leis do mercado e do funcionamento das instituições burocráticas do Estado Providência. Segundo esta literatura, a afirmação deste tipo de partidos é um dos fatores que está na origem do desalinhamento dos sistemas partidários das sociedades ocidentais. Com a emergência de novos valores, os partidos da esquerda tradicional ficam mais vulneráveis a uma divisão entre a esquerda pós-materialista, defensora da mudança social, e o seu eleitorado materialista. O eleitorado materialista tende a ter posições mais tradicionais em relação aos novos temas levantados pelo eleitorado que comunga de valores pós-materialistas. São essas tensões que estão na origem das cisões no seio de partidos social-democratas (Inglehart 1990).

Estas análises foram desenvolvidas num contexto histórico em que a mudança das condições sociais e do perfil sociológico do eleitorado favoreceu o aparecimento, em finais da década de 60, dos partidos da nova esquerda, cuja consolidação eleitoral ocorreu na década de 80. No entanto, alguns autores contestaram, na década de 80, que a afirmação eleitoral deste tipo de partidos estivesse apenas relacionada com os processos de modernização das sociedades pós-industriais. Kitschelt (1988) mostra que a afirmação dos partidos de esquerda-libertária deve ser analisada à luz das características institucionais dos sistemas políticos. Em sistemas políticos onde existem fortes partidos social-democratas e sindicatos fortemente institucionalizados, as exigências do eleitorado que comunga valores da esquerda libertária tendem a não ser satisfeitas. A não responsividade das instituições às reivindicações deste eleitorado promove o aparecimento de novos partidos. Por outro lado, a participação prolongada de partidos da esquerda tradicional no governo também incentiva a criação de partidos da esquerda libertária. A prioridade dada pelos partidos de esquerda tradicional a políticas distributivas acaba por frustrar as reivindicações por maior autonomia individual dos novos partidos.

Literatura mais recente relaciona o reforço dos resultados eleitorais de novos partidos e a concomitante penalização eleitoral dos partidos *mainstream* com a crise económica vivida depois de 2008. Nesta perspetiva, o eleitorado que ficou mais fragilizado economicamente com a crise apresenta

maior propensão para rejeitar os partidos *mainstream* e apoiar novas forças partidárias, quer à direita, quer à esquerda (Hobolt e Tilley 2016). Em suma, o que a literatura tem vindo a demonstrar é que a afirmação eleitoral de novos partidos depende não só de fatores de ordem estrutural, como também conjuntural. Por um lado, o processo de modernização social e a não responsividade das instituições favoreceram, no passado, o aparecimento de partidos que tiveram a capacidade de articular novos temas políticos que iam ao encontro das aspirações de um determinado segmento do eleitorado. Por outro, o recente contexto de crise económica mostrou ser favorável à afirmação de partidos com uma retórica populista, xenófoba e antieuropeísta e à rejeição dos designados partidos *mainstream*.

1.1.2. A confiança nas instituições políticas e a avaliação do seu desempenho

Na medida em que a pesquisa aqui desenvolvida propõe uma análise dos efeitos da confiança nas instituições políticas e das avaliações do seu desempenho sobre o voto, esta seção sistematiza os principais contributos e perspetivas que a literatura tem vindo a desenvolver sobre a confiança nas instituições políticas e sobre o apoio às instituições democráticas. Muita da literatura que tem vindo analisar a evolução dos níveis de apoio às instituições políticas, nas várias dimensões inicialmente concebidas por David Easton (1975), sugere que se verifica um declínio secular dos níveis de confiança política nas sociedades pós-industriais, embora os níveis de apoio à democracia continuem a ser bastante elevados (ver, por exemplo Dalton 2004; Norris 1999). No entanto, não existe um consenso sobre esta matéria, pois literatura recente demonstra que, a longo prazo, registam-se flutuações nos níveis de apoio às instituições políticas nas sociedades ocidentais (Norris 2011). As dimensões e as variáveis contempladas nestas análises assentam no conceito de apoio político de Easton. Este autor estabelece a distinção entre dois tipos de apoio: o difuso e o específico. Muito resumidamente, o apoio difuso diz respeito à legitimidade do regime político e é a expressão das avaliações e atitudes favoráveis do público relativamente ao seu desempenho geral e às suas normas fundamentais. O apoio específico refere-se às avaliações do desempenho das autoridades políticas, avaliações essas que têm uma natureza mais conjuntural. Importa referir que, apesar de a maioria das pesquisas tratar como dependentes as variáveis incluídas nas dimensões de apoio político, existe também literatura que tem vindo a analisar a confiança política como variável explicativa do voto, embora esta seja mais escassa (Bélanger e Nadeau 2005; Hooghe, Marien e Pauwels 2011; Hetherington 1999). Nesta seção são descritas as tendências respeitantes à evolução do apoio político nas sociedades ocidentais e as causas apontadas para as suas oscilações, quer a curto, quer a longo prazo. Além disso, são mencionados os efeitos que a crise económica internacional terá tido sobre a confiança política em alguns países, sobretudo os do Sul da Europa.

Grande parte dos autores tem vindo a sugerir, ao longo das décadas, que se verifica uma erosão dos níveis de confiança nas instituições de governo e nas autoridades políticas nos Estados Unidos e nas sociedades industriais avançadas (Citrin 1974; Crozier, Huntington e Watanuki 1975;

Dalton 2004; Huntington 1975; Miller 1974; Norris 1999; Pharr e Putnam 2000). Os estudos pioneiros surgiram nos Estados Unidos nos anos 70 (Citrin 1974; Miller 1974). Estes apontavam para o aumento dos níveis de cinismo do público norte-americano relativamente às instituições de governo. O ambiente intelectual da década de 70 é marcado por um grande pessimismo em relação à saúde das instituições democráticas. As teorias que sustentam a existência de uma crise da democracia ganham grande relevância nessa década (Crozier, Huntington e Watanuki 1975; Huntington 1975). Estes autores sustentam que a sobrecarga das funções do governo, relacionada com a expansão das funções do *Welfare State*, estaria na origem do aumento da desconfiança e do cinismo dos cidadãos relativamente às instituições democráticas. Devido a essa sobrecarga, os governos das sociedades ocidentais não teriam capacidade para dar resposta às crescentes reivindicações do público.

A literatura produzida nas décadas posteriores mostra, no entanto, que as teorias da crise da democracia carecem de sustentação empírica. Pesquisas produzidas a partir da década de 90 são consensuais na demonstração do elevado nível de compromisso dos cidadãos relativamente às normas e aos valores dos regimes democráticos (Dalton 1999, 2004; Kaase e Newton 1995; Klingemann e Fuchs 1995; Norris 1999, 2011). Muitas análises desenvolvidas a partir dessa década sustentam, no entanto, que se verifica um declínio de longo prazo nos níveis de confiança e de aprovação do desempenho das autoridades e das instituições políticas, como o governo, os partidos, os parlamentos e o sistema judicial (Dalton 1999; 2004, 2005; Newton e Norris 2000; Norris 1999; Nye, Zelikow e King 1997; Pharr e Putnam 2000). Ainda assim, a literatura dessa época não é consensual a este respeito. Algumas pesquisas sugerem que se verifica um padrão misto na evolução da confiança que o público deposita nas instituições políticas em várias democracias ocidentais (Klingemann e Fuchs 1995; Listhaug 1995; Listhaug e Wiberg 1995).

No que diz respeito às avaliações ao funcionamento da democracia, variável incluída numa dimensão difusa de apoio à democracia, pesquisas também da década de 90 apontam para um reforço global das avaliações favoráveis ao seu desempenho (Fuchs, Guidorossi e Svensson 1995). Estudos mais recentes defendem, no entanto, que o número de democratas insatisfeitos tem vindo a crescer na última década (Klingemann 2014). Os democratas insatisfeitos são entendidos como uma força catalisadora de reforma das instituições democráticas (Klingemann 2014; Welzel e Dalton 2014).

Grande parte da literatura tem-se dedicado quase exclusivamente a analisar as causas das variações nos níveis de apoio às instituições democráticas, existindo correntes teóricas distintas no que diz respeito à explicação do declínio da confiança nas sociedades ocidentais. Muitos autores associam a erosão dos níveis de confiança nas instituições democráticas com os processos de modernização social desencadeados nas sociedades pós-industriais (Dalton 2004, 2005; Inglehart 1974, 1990; McAllister 1999; Norris 1999). Alguns desses estudos sustentam que o aumento da proporção de cidadãos mais informados e defensores de valores pós-materialistas provoca tendencialmente uma diminuição das atitudes de deferência perante a autoridade e uma diminuição da confiança nos

políticos, nos governos e nas instituições hierárquicas (Catteberg e Moreno 2005; Dalton 2004; Inglehart 1997, 1999; Nevitte 2014; Nevitte e Kanji 2002).

Em alternativa, as teorias do capital social defendem que os níveis de confiança nas instituições políticas estão relacionados com envolvimento dos cidadãos em associações voluntárias e cívicas. As teorias do capital social, muito em voga na década de 90, sustentam que o declínio da confiança nas instituições tem uma forte relação com a diminuição do stock de capital social (Putnam 1992, 1995, 2000).

Entre as décadas de 80 e de 90, algumas abordagens defendem que o desempenho da economia e as avaliações feitas pelos cidadãos à situação económica exercem efeitos significativos sobre os níveis de confiança política (Alesina e Wacziarg 2000; Clarke, Dut e Kornberg 1993; Listhaug 1995; Listhaug e Wiberg 1995; McAllister 1999; Weatherford, 1984). Estas análises sugerem que a deterioração da situação económica e o aumento das avaliações negativas dos cidadãos ao desempenho da economia contribuem para uma diminuição da confiança nas instituições políticas.

Existem ainda abordagens, produzidas entre as décadas de 70 e de 90, que sugerem que a não correspondência entre as posições dos governantes e das elites políticas e as preferências políticas do público contribuem para o aumento da desconfiança política (Holmberg 1999; King 1997; Miller 1974; Miller e Listhaug 1998). A falta de responsividade das instituições, segundo estas análises, produz sentimentos de alienação e de desconfiança.

Neste sentido, apesar de não serem abundantes, alguns contributos mostram que os efeitos confiança política sobre o apoio partidário são significativos. Ou seja, o aumento da desconfiança política faz crescer a propensão para que o eleitorado rejeite os partidos *mainstream* (Bélanger e Nadeau 2005; Hetherington 1999; Marien e Pauwels 2011).

Mais recentemente, algumas pesquisas propõem-se analisar a evolução dos níveis de confiança política no contexto da grande crise económica internacional (Armingeon e Guthmann 2013; Cordero e Simón 2015; Polavieja 2013; Teixeira, Belchior e Tsatsanis 2014; Torcal 2014). Algumas dessas pesquisas concluem que o declínio da confiança política registado nesse período não é uma tendência geral entre as democracias europeias (Armingeon e Guthmann 2013, Torcal 2014). Os países do Sul da Europa, que estão entre os mais fragilizados pela crise económica, sofreram um considerável decréscimo dos níveis de confiança política (Teixeira, Belchior e Tsatsanis 2014; Torcal 2014). Porém, apesar de se observar em alguns desses países uma diminuição da satisfação com o funcionamento da democracia, verifica-se um crescimento do apoio à democracia enquanto ideal de regime (Cordero e Simón 2015). A literatura diverge, todavia, no que diz respeito às causas desse declínio. Algumas perspetivas sustentam que as avaliações sociotrópicas e egotrópicas da economia são as variáveis que apresentam efeitos mais pronunciados sobre o declínio da confiança (Polavieja 2013). Outras análises defendem que a perceção da diminuição da responsividade política é a maior causa do aumento da suspeita e da insatisfação com o funcionamento da democracia (Cordero e Simón 2015; Torcal 2014). A perceção da diminuição da responsividade por parte das autoridades políticas é

atribuída à redução da autonomia dos governos nacionais, em virtude dos constrangimentos orçamentais impostos por várias entidades internacionais durante o período de crise. Em suma, em face do aumento da insatisfação com o desempenho das instituições democráticas causado pela perceção da diminuição da responsividade das autoridades políticas, estamos em condições de sustentar que o aumento da desconfiança com o desempenho das instituições políticas e da insatisfação com o funcionamento da democracia poderá ter produzido efeitos significativos sobre o voto nas eleições legislativas de 2016 em Espanha. É esta a principal expectativa da presente pesquisa.

1.2. Problemática e Objetivos

Os resultados das eleições gerais de 2016 deram continuidade ao fim do bipartidarismo em Espanha. Os primeiros sinais do fim do bipartidarismo foram dados nas eleições europeias de 2014 (Cordero e Montero 2015) e a sua confirmação ocorreu nas eleições gerais de 2015 (Orriols e Cordero 2016). Os resultados destas últimas eleições não permitiram à força partidária vencedora, o PP, obter os apoios necessários no Congresso que lhe permitissem formar governo. Desde a queda da ditadura franquista, estas foram as primeiras eleições que não permitiram que fosse encontrada uma solução governativa. Este facto obrigou à marcação de novas eleições, realizadas em junho de 2016. Neste último ato eleitoral, os níveis de fragmentação do sistema partidário mantiveram-se semelhantes aos de 2015, graças à manutenção da expressiva votação do Ciudadanos e do Unidos Podemos¹. O Unidos Podemos obteve 13,4% dos votos e 45 assentos no Congresso. O Ciudadanos conquistou 32 assentos com 13,1%. Nas eleições legislativas de 2011, quando o PSOE sofreu até então a sua mais pesada derrota eleitoral e se registou uma significativa fragmentação do sistema partidário espanhol à esquerda (Torcal 2014a), o número efetivo de partidos eleitorais (NEPE) era de 3,4, de acordo com a fórmula de Laakso e Taagepera (1979). Esse valor subiu para 5,8 e 5 em 2015 e 2016, respetivamente.

As mudanças no sistema partidário espanhol podem ser entendidas como a consequência de uma sucessão de acontecimentos iniciados 2008, que acabaram por afetar os sistemas políticos de vários países da Europa do Sul. A partir de 2008, ano de deflagração da grande crise internacional despoletada pela implosão do sistema financeiro dos Estados Unidos, os países da Europa do Sul conheceram momentos políticos excecionais, que se precipitaram não só devido às condições económicas bastante adversas, como também ao acentuar do clima de desconfiança política (Bosco e Verney 2012; Torcal 2014).

A crise económica e financeira que afetou os países do Sul da Europa foi acompanhada por um aumento significativo da desconfiança política e dos níveis de insatisfação com o funcionamento da democracia (Armingeon e Guthmann 2013; Cordero e Simón 2016; Teixeira, Tsatsanis e Belchior 2014; Torcal 2014). Além disso, se nas últimas décadas a integração económica derivada do processo

¹ O Unidos Podemos é a denominação com que o Podemos e a IU se apresentaram coligados nas eleições legislativas de 2016.

de globalização tem conduzido os decisores políticos nacionais a um crescente impasse entre o dar resposta aos interesses do eleitorado e o cumprir das políticas económicas preconizadas pelas instituições e agências internacionais e transnacionais (Alesina e Wacziarg 2000; Mair 2011), essa tensão foi particularmente visível e acentuada durante os anos de crise, sobretudo nos países que estiveram submetidos a regates financeiros. Essa tensão teve como consequência a queda de vários governos nos países do Sul da Europa num curto período de tempo, alguns dos quais sucedidos por executivos de vocação tecnocrata, como foi o caso italiano (Bosco e Verney 2012). Como recentemente foi demonstrado, a perceção da ausência de responsividade dos governos às reivindicações dos cidadãos é apontada como o principal preditor da erosão da confiança nas instituições (Torcal 2014).

Em alguns casos, a degradação da confiança nas instituições políticas não ficou confinada à avaliação do seu desempenho. Na Grécia, por exemplo, onde as medidas de austeridade fizeram sentir-se de forma bastante severa, os níveis de apoio difuso ao regime democrático sofreram um preocupante declínio, em virtude da ascensão eleitoral de dois partidos de extrema-direita (Teixeira, Tsatsanis e Belchior 2014; Teperoglou e Tsatsanis 2014). A permeabilidade da arena política ao aparecimento de atores políticos com uma retórica anti-partidária e anti-sistema fez-se sentir um pouco por toda a parte. Esse foi o caso em Itália, onde o Movimento 5 Estrelas foi o principal beneficiário do descontentamento generalizado do eleitorado com os partidos tradicionais nas eleições locais de 2012, nas eleições regionais da Sicília e nas eleições legislativas de 2013 (Natale 2014).

Em Espanha, a retórica anti-partidária teve no movimento 15-M, nascido em maio de 2011, o seu rosto mais visível e mediático. O sentimento emanado das assembleias populares realizadas nas praças públicas de várias cidades espanholas era de repúdio em relação ao *establishment* político e de forte desencantamento com os dois principais partidos espanhóis. Tanto o PP como o PSOE não eram encarados como projetos políticos alternativos. Entendia-se que estes dois partidos prosseguiam as mesmas políticas neoliberais (Castañeda 2012).

O sistema político grego foi dos que primeiro manifestou esse sentimento de desencantamento para com os partidos tradicionais. Em 2012, a Grécia assistiu à implosão do seu sistema bipartidário com o incremento substancial da votação do Syriza. Num cenário de crise, as causas apontadas para o fim do bipartidarismo na Grécia ultrapassam, no entanto, as explicações preconizadas pelo modelo do voto económico. Para esse desalinhamento contribuiu não só uma nova geração de eleitores com laços partidários bastante frágeis, como também uma polarização triangular da política grega em torno das forças centristas pró-europeias, das forças anti-austeridade de esquerda e das forças xenófobas de direita que se opuseram ao resgate financeiro grego (Teperoglou e Tsatsanis 2014).

No caso espanhol, o sentimento contra os partidos tradicionais foi, numa primeira fase, fortemente impulsionado pela mudança de política económica adotada até aí pelo governo do PSOE para contrariar os efeitos da crise (Bosco e Verney 2012). As políticas macroeconómicas implementadas pretendiam, inicialmente, desenvolver estímulos ao consumo através do investimento

público (Armingeon 2012). Se primeiramente o governo do PSOE optou pela adoção de políticas económicas expansionistas para contrariar os efeitos da crise, foi forçado posteriormente a infletir a sua política económica devido às pressões exercidas pelo Ecofin em 2010 (Bosco e Verney 2012). Os partidos políticos foram as instituições que mais se ressentiram do crescente cinismo dos cidadãos em relação à política. Os níveis de confiança nos partidos políticos desceram para os níveis mais baixos de sempre. Em 2009, apenas 5,5% dos espanhóis diziam confiar nos partidos, segundo dados do Eurobarómetro². Em paralelo, a fragmentação do sistema partidário espanhol ocorreu, num primeiro momento, à esquerda, com o PSOE a registar o seu pior resultado eleitoral de sempre e os eleitores a transferirem os votos do PSOE para o PP, a IU e a Unión Progreso y Democracia (UPyD), nas eleições de 2011. As avaliações ao desempenho do PSOE na gestão da crise económica foram determinantes na escolha do voto, sobretudo entre os eleitores situados no centro do espectro ideológico e menos ancorados ideologicamente. (Torcal 2014). O PP, depois da vitória nessas eleições, deu continuidade às políticas de austeridade implementadas pelo PSOE. Estas traduziram-se num forte desinvestimento nas políticas sociais e em cortes no sector da saúde e da educação.

A erosão da confiança nos partidos tradicionais dos países da Europa do Sul ocorre em paralelo com uma tendência de declínio eleitoral registado pelos dois partidos dominantes nas eleições europeias de 2014 nesses países. Em Espanha, o surpreendente resultado eleitoral do Podemos, uma nova força partidária surgida poucos meses antes das eleições, deu um forte contributo para a diminuição da força eleitoral dos principais partidos tradicionais. Nessas eleições, a força política liderada por Pablo Iglesias elegeu cinco deputados com uma votação de 7,9%. Caracterizadas por elevados níveis agregados de volatilidade e por um inédito resultado conjunto abaixo dos 50% do PP e do PSOE, as eleições europeias de 2014 podem ser lidas como o prelúdio do fim do bipartidarismo em Espanha (Cordero e Montero 2015). Os resultados das eleições gerais de 2015 confirmaram o fim do bipartidarismo e a emergência de um sistema multipartidário em Espanha. O PP, mesmo tendo obtido uma vitória eleitoral, sofreu perdas eleitorais significativas comparativamente às eleições de 2011. No ato eleitoral de 2015, em que o Podemos e o Ciudadanos passaram a ser dois atores políticos relevantes no sistema partidário espanhol, não foi o voto económico que teve efeitos mais relevantes na transferência de voto dos partidos tradicionais para essas duas forças políticas, mas sim a perceção da existência de uma crise política (Orriols e Cordero 2016). As eleições gerais de 2016, depois de o PP não reunir no Parlamento os apoios necessários para governar, realizaram-se no mesmo ambiente de insatisfação.

Face à significativa degradação da situação económica da economia espanhola a partir de 2008, a questão que permanece por responder é em que medida a degradação dos níveis de apoio político ajudam a explicar a consolidação da expressão eleitoral do Unidos Podemos e do Ciudadanos em 2016, para além dos tradicionais efeitos produzidos pela ideologia, pela economia e pela própria

² Eurobarómetro 71.3 (2009):

<https://dbk.gesis.org/dbksearch/SDesc2.asp?ll=10¬abs=&af=&nf=1&search=&search2=&db=E&no=4973>

religião. A crise vivida em Espanha mostrou que não foi apenas o partido incumbente a ser penalizado nas eleições. O PSOE, depois da derrota de 2011, continuou a ser fortemente penalizado nas urnas em 2015. E as vitórias do PP em 2015 e 2016 ocorreram com resultados eleitorais bastante abaixo do seu padrão eleitoral desde o período da refundação da Alianza Popular (AP). As eleições realizadas depois de 2008 decorreram num contexto em que os níveis de confiança nas instituições políticas e de satisfação da democracia desceram acentuadamente. Em 2011, quando se registou uma fragmentação do voto à esquerda, apenas 11,9% dos espanhóis dizia confiar nos partidos políticos, segundo dados do Eurobarómetro³. Perante este cenário, a desconfiança e a insatisfação para com o desempenho das instituições políticas poderão ter tido um efeito mediador das consequências da crise na decisão de voto. A questão anterior deve ser, por isso, recolocada do seguinte modo: até que ponto a confiança nas instituições políticas e a avaliação do desempenho das mesmas mediarão os efeitos da crise económica na explicação da fragmentação do sistema partidário espanhol? Como em Espanha os níveis de apoio à democracia como melhor forma de governo se mantiveram estáveis, o argumento em que se baseia esta pesquisa é que a crise exponenciou o número de cidadãos críticos, na aceção de Norris (1999a), relativamente ao funcionamento das instituições democráticas. Esses cidadãos poderão ter passado a encarar o Ciudadanos e o Unidos Podemos como partidos que representam as suas reivindicações de reforma das instituições democráticas, sendo essas forças partidárias encaradas como uma opção para a canalização do descontentamento e desconfiança relativamente ao funcionamento das instituições democráticas.

Com base nesta argumentação, pretende-se, em primeiro lugar, analisar longitudinalmente os níveis de fragmentação e de volatilidade partidário democrático espanhol, de modo a descrever as mudanças verificadas no seu formato depois de iniciada a crise económica. Depois, o objetivo é fazer uma análise descritiva, longitudinal e comparativa dos níveis de confiança dos cidadãos nas instituições políticas e das avaliações dos mesmos sobre o seu desempenho, de modo a estimar em que medida a Espanha registou a acentuada descida nos níveis de confiança política, em comparação com outros países da Europa. Por último, é propósito central desta pesquisa fazer uma análise dos preditores do voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos nas eleições legislativas de 2016, por comparação com os partidos catch-all, tendo como foco principal o peso das variáveis de apoio político sobre o voto.

1.3. O Modelo de Análise

O objetivo principal desta investigação é analisar os determinantes do voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos, comparativamente com o PP e o PSOE. Como as variáveis abrangidas pelo conceito de apoio político, desenvolvido por Easton (1975), ocupam um lugar central nesta investigação, são

³ Eurobarómetro 76.3 (2011):

<https://dbk.gesis.org/dbksearch/SDesc2.asp?ll=10¬abs=1&af=&nf=1&search=&search2=&db=E&no=5567>

analisados, em primeiro lugar, os efeitos da confiança nas instituições políticas, das avaliações ao funcionamento da democracia e das avaliações da situação política sobre o voto. Esta opção suporta-se na degradação dos níveis de apoio às instituições democráticas em Espanha depois de iniciada a crise económica mundial em 2008, como antes referido, e na expectativa de estes terem consequências relevantes em termos de comportamento eleitoral. A utilização das variáveis de apoio às instituições democráticas será devidamente enquadrada teoricamente nas subsecções seguintes. Embora exista literatura que analisa a influência de algumas variáveis abrangidas pelo conceito de apoio ao regime político sobre o comportamento eleitoral (Bélanger e Nadeau 2005; Hetherington 1999; Hooghe, Marien e Pauwels 2011), a maioria dos estudos concentra as suas análises na avaliação das causas das variações de apoio às instituições democráticas. Também por essa razão são introduzidas no modelo de análise algumas variáveis que se enquadram no conceito de apoio político, como a confiança nas instituições políticas e a avaliação do funcionamento da democracia. O conceito de apoio político, de David Easton (1975), divide-se em apoio difuso e em apoio específico. A confiança nas instituições políticas corresponde à dimensão de apoio específico. A satisfação com o funcionamento da democracia é uma expressão mais difusa de apoio político, conforme propõem alguns estudos (ver, por exemplo, Dalton 2004; Norris 1999; 2011). Num segundo momento, além dessas variáveis, são introduzidos no modelo os preditores do voto considerados mais relevantes pela literatura para a explicação do comportamento eleitoral em Espanha, como forma de controlo da relação entre apoio/confiança nas instituições e o voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos.

Nesta secção definimos, em primeiro lugar, o conceito de apoio político, colocamos em evidência as suas dimensões de análise e a forma como estas têm vindo a ser operacionalizadas. Em segundo lugar, a partir do enquadramento teórico que tem vindo a ser desenvolvido nesta pesquisa, enunciamos algumas das hipóteses que pretendemos testar. Os conceitos e as variáveis do modelo que não estão abrangidas pelo conceito de apoio político serão convenientemente enquadrados na última subsecção deste capítulo.

1.3.1. Apoio Difuso e Apoio Específico

O conceito de apoio político, em traços gerais, tem subjacente uma lógica de aprovação ou de desaprovação do funcionamento de um determinado sistema político e das respetivas instituições. O conceito abarca as avaliações, positivas ou negativas, que os cidadãos fazem das instituições políticas. Essas avaliações podem ser expressas através de atitudes de satisfação, confiança e de aprovação, ou de posturas inversas. Podem também adquirir uma forma comportamental através da ação. Segundo David Easton (1975), este conceito suporta-se na definição comum do substantivo “apoio”, que, posteriormente, é dirigido a vários objetos políticos. Esses objetos podem ser as autoridades políticas ou o próprio regime: (...) *the key attitude associated with support would be of an evaluative sort. If we now broaden the term to include negative as well as positive evaluations, we can describe support as*

an attitude by which a person orients himself to an object either favorably or unfavorably, positively or negatively” (Id., pág.436).

De acordo com Easton, o conceito compreende uma dimensão de apoio específico e uma dimensão de apoio difuso. O apoio específico é baseado na percepção e nas avaliações que o público faz ao desempenho das autoridades. Quando existe, por exemplo, a percepção de que as autoridades políticas não articulam as reivindicações dos cidadãos ou que o seu exercício de funções não vai ao encontro da satisfação desses desejos ou necessidades, os níveis de apoio específico tendem a diminuir. Entende-se por autoridades os governantes, os deputados e até as próprias instituições, como os parlamentos e os tribunais. Parte-se, portanto, do pressuposto de que o público tem uma consciência mínima formada acerca do comportamento das autoridades políticas e de que há uma relação entre esse mesmo comportamento e as suas necessidades, desejos e reivindicações. Assim sendo, as autoridades são avaliadas em função da satisfação dessas exigências.

O apoio difuso, por seu turno, refere-se genericamente ao apoio ao regime político no seu todo e às suas normas constitucionais. É o suporte e a garantia da sua estabilidade. É mais duradouro e não está sujeito a flutuações de curto prazo, tal como acontece no caso do apoio ao desempenho das autoridades políticas. O apoio difuso é, por isso, relativamente independente das oscilações mais conjunturais que ocorrem nas avaliações feitas ao desempenho das autoridades políticas. Por essa razão, o apoio difuso constitui a reserva de estabilidade de um regime político: *“It consists of a ‘reservoir of favorable attitudes or good will that helps members to accept or tolerate outputs to which they are opposed or the effects of which they see as damaging to their wants.’”* (Id., pág. 444). Uma explicação para que se verifique essa estabilidade reside no facto de o apoio difuso ser originado através de todo o processo de socialização. Esta dimensão do conceito de apoio político comporta, por essa mesma razão, uma dimensão de apoio afetivo que, em várias ocasiões, não tem associação com a percepção do desempenho das autoridades. O descontentamento com as autoridades políticas, como realça Dalton (2004, pág. 7) a título exemplificativo, tem normalmente uma limitada implicação nos níveis de apoio ao regime. Existindo um bom funcionamento dos mecanismos democráticos, a insatisfação com o partido incumbente pode ser expressa através da sua substituição por novos líderes através de eleições.

Em termos operacionais e empíricos, o apoio específico é medido através dos níveis de confiança dos cidadãos nas instituições, da aprovação e da satisfação que os cidadãos depositam nas autoridades políticas e no funcionamento das instituições políticas, mediante as avaliações permanentes que fazem do seu desempenho. O apoio difuso, sendo a expressão da legitimidade de um regime político, representa o conjunto de sentimentos que o público deposita nas regras, normas e instituições políticas que constituem os alicerces de um determinado regime e que transcendem as avaliações momentâneas que são feitas ao seu desempenho.

A noção de democratas insatisfeitos desenvolvida e operacionalizada por Klingemann (1999; 2014) exprime bem as diferenças existentes entre os dois tipos de apoio. Por democratas insatisfeitos

entende-se os cidadãos que mantêm níveis elevados de apoio à democracia como ideal de regime, mas que manifestam baixos níveis de satisfação em relação ao seu funcionamento.

Baseada na conceptualização de Easton, alguma literatura distingue vários níveis de apoio político para a construção de modelos multidimensionais de análise (Dalton 2004; Norris 1999).

O modelo explicativo em que assenta a presente pesquisa inclui, numa primeira fase, a satisfação com o funcionamento da democracia, a avaliação da situação política e a confiança nas instituições políticas como variáveis explicativas do voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos, por comparação com o PP e o PSOE.

Figura n.º 1.1. - Esquema das dimensões e das variáveis de apoio político incluídas no modelo

Variável Dependente	Dimensões de apoio	Variáveis Independentes
Voto no Unidos Podemos = 1; Voto no PP + PSOE = 0 + Voto no Ciudadanos = 1; Voto no PP + PSOE=0	Avaliação do Desempenho do regime	Satisfação com o funcionamento da democracia Avaliação da situação política
	Avaliação das Instituições do regime	Confiança nas instituições políticas.

Fonte: Elaboração com base em Dalton (2004) e Norris (1999).

1.3.2. Hipóteses de Investigação

Sendo um dos propósitos principais deste estudo avaliar os efeitos da erosão dos níveis de apoio político sobre o voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos, pretende-se analisar, numa primeira fase, os efeitos dos níveis de apoio às instituições democráticas sobre o voto. Além disso, são consideradas e introduzidas no modelo um conjunto de outras variáveis consideradas relevantes para explicar o comportamento eleitoral em Espanha, que atuarão como controlo daquela análise inicial. Desse modo, é possível aferir se os efeitos do apoio político sobre o voto mantêm a sua significância, quando contrapostos aos de variáveis que tipicamente explicam o voto. Essas variáveis são as avaliações da situação económica, a ideologia e a religião. No que diz respeito ao suporte teórico para a construção das hipóteses que incluem as variáveis de apoio às instituições democráticas, a literatura permite sustentar teoricamente os efeitos da confiança nas instituições políticas sobre o voto.

Alguma literatura sugere que a confiança política tem efeitos significativos sobre o voto (Bélanger e Nadeau 2005; Hetherington 1999). Em sistemas bipartidários, nas eleições em que a competição está confinada a dois candidatos, o partido da oposição é o que tendencialmente beneficia do voto dos cidadãos que menos confiam nas instituições políticas. Em eleições em que aparece um terceiro competidor com aspirações eleitorais, é esse candidato que tendencialmente mais conquista o

apoio do eleitorado com menores níveis de confiança (Hetherington 1999). Nos sistemas multipartidários, os efeitos da desconfiança política fazem com que os eleitores optem tendencialmente pelo apoio a um terceiro partido. Em alguns casos trata-se de partidos anti-sistema e extremistas (Bélanger e Nadeau 2005; Hooghe, Marien e Pauwels 2011). Esses mesmos estudos sugerem que o aumento da desconfiança política faz aumentar a probabilidade de aparecimento de novos partidos. Este argumento enquadra-se no trabalho desenvolvido por Miller e Lishtaug (1998), segundo o qual os partidos de protesto funcionam como canais de descontentamento para os cidadãos com maiores níveis de desconfiança política em sistemas multipartidários. Tendo em consideração que houve uma transferência do voto em Espanha dos partidos catch-all para duas novas forças partidárias num período em que houve um acentuado declínio dos níveis de confiança, o nosso argumento é que os cidadãos que depositam menor confiança nas instituições políticas têm maior propensão para apoiar esses partidos comparativamente com os primeiros. Relativamente à satisfação com o funcionamento da democracia, alguma literatura sugere que o aumento dos níveis de insatisfação conduz a um aumento da participação eleitoral (Ezrow e Xezonakis 2014). Tal sugere que o eleitorado expressa essa insatisfação por via do voto. Assumindo que os democratas insatisfeitos funcionam como uma força impulsionadora para que sejam implementadas reformas no sistema político (Klingemann 1999), e que os partidos em análise nesta pesquisa têm um discurso crítico em relação ao funcionamento das instituições democráticas, podemos inferir que os cidadãos com maiores níveis de insatisfação com o funcionamento da democracia têm maior propensão para apoiar partidos que servem como voz de protesto ao desempenho das instituições políticas. Além disso, tomando em consideração que a satisfação com o funcionamento da democracia e a confiança nas instituições políticas constituem duas dimensões do conceito de apoio político (Easton 1975), podemos seguir a mesma lógica para ambas. Podemos, por isso, argumentar que os cidadãos que confiam menos e avaliam de forma mais negativa o funcionamento das instituições têm maior propensão para votar no Unidos Podemos ou no Ciudadanos, comparativamente com os partidos catch-all. Considerando que a confiança nas instituições políticas, a satisfação com o funcionamento da democracia e as avaliações da situação política permitem medir os níveis de apoio político, e que são fatores que medeiam a influência da crise sobre o voto, importa formular um conjunto de hipóteses que contemple os efeitos dessas variáveis sobre o comportamento eleitoral, contrapondo aos efeitos das avaliações da economia, da ideologia e da religião. Desse modo, são hipóteses desta pesquisa:

- H1: Quanto menor é a confiança do eleitorado nas instituições políticas, maior é a probabilidade para votar na coligação Unidos Podemos ou no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all.
- H2: Quanto menor é a satisfação do eleitorado com o funcionamento da democracia, maior é a probabilidade para votar na coligação Unidos Podemos ou no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all.

- H3: Quanto mais negativas são as avaliações do eleitorado à situação política, maior é a probabilidade para votar na coligação Unidos Podemos ou no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all.

- H4: Quanto menores são os níveis de apoio político do eleitorado (confiança, avaliações políticas e satisfação com a democracia), maior é a probabilidade para votar no Unidos Podemos ou no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all, mesmo controlando pelas variáveis que tipicamente explicam o voto.

Apesar de termos como expectativa que os níveis de apoio político têm efeitos significativos sobre o voto nesses partidos, o nosso modelo contempla também algumas variáveis estruturantes do comportamento eleitoral dos espanhóis, que entram como variáveis de controlo. A perspetiva predominante é a de que o posicionamento ideológico dos eleitores na escala esquerda/direita é o fator determinante do comportamento eleitoral. (Gunther e Montero 2001; Montero 1998). E mesmo quando as avaliações feitas à situação da economia têm influência na escolha partidária dos espanhóis, os efeitos do voto económico são atenuados e limitados devido à mediação das lealdades partidárias e ideológicas dos eleitores (Maravall e Przeworski 1999).

O Unidos Podemos é percecionado pelo eleitorado como estando ideologicamente mais à esquerda do que os dois partidos catch-all (ver anexo A.1.). Assim sendo, o nosso argumento é que o Unidos Podemos, sendo uma coligação que junta duas forças partidárias com posições mais radicalizadas à esquerda, capta o apoio de um eleitorado também mais radical⁴. O que nos conduz à hipótese seguinte:

- H5: Quanto mais à esquerda é o posicionamento do eleitorado, maior é a propensão para votar na coligação Unidos Podemos, por comparação com os partidos catch-all.

No que diz respeito ao grau de religiosidade, apesar de ser um preditor que tem vindo a perder influência na explicação do apoio partidário, a literatura considera que se trata de uma variável cujos efeitos continuam a ser significativos sobre o voto em vários países, em Espanha inclusive (Orriols 2013; van der Brug 2010). Em Espanha, a frequência de cerimónias religiosas tem servido como variável para medir a influência do grau de religiosidade sobre o voto (Montero e Calvo 2000). O grau de religiosidade é usualmente medido pela frequência de cerimónias religiosas. Considerando que historicamente o eleitorado do PP tem o seu voto mais ancorado na clivagem religiosa (Gunther e Montero 2001), espera-se que o eleitorado menos religioso tenha maior propensão para votar no Unidos Podemos. Quanto ao Ciudadanos, embora seja um partido ideologicamente mais próximo do PP em matérias económicas, tem posições pouco conservadoras ao nível dos costumes, defendendo o direito à interrupção voluntária da gravidez e o direito à eutanásia, por exemplo. Espera-se, portanto, que o Ciudadanos capte o apoio de um eleitorado de direita, mas menos religioso. Assim, avança-se com a hipótese seguinte:

⁴ O mesmo argumento não pode ser aplicado ao Ciudadanos, uma vez que se trata um partido com um posicionamento ideológico mais do PP e do PSOE.

- H6: Quanto menor é o grau de religiosidade do eleitorado, maior é a probabilidade para votar na coligação Unidos Podemos ou no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all.

Quanto ao impacto das avaliações da economia sobre o voto, alguma literatura defende que este tem vindo a crescer em Espanha (Fraile e Lewis-Beck 2010). Apesar de a ideologia ser a força preponderante na estabilização do sistema partidário a longo prazo, os efeitos das avaliações feitas à situação da economia em Espanha têm vindo a ganhar força na explicação das escolhas partidárias a partir da década de 90 (Fraile e Lewis-Beck 2010; Fraile e Lewis-Beck 2014).

A lógica subjacente às teorias do voto económico pode ser resumida da seguinte forma: quando a situação económica de um país é boa, o partido incumbente é recompensado nas urnas; quando é má, esse partido é punido. O voto económico encerra várias abordagens, pois são discutidos quais os aspetos económicos que são tomados em consideração pelos eleitores na hora de apoiar, ou não, um candidato. Tem sido demonstrado que as avaliações sociotrópicas da economia têm maior influência sobre o comportamento do eleitorado do que as avaliações egotrópicas (Clarke e Stewart 1994; MacKuen, Erikson e Stimson 1992; Sanders 2000; 2003). Outros estudos mostram que o eleitorado apoia ou pune o partido incumbente mediante as avaliações feitas à situação económica do país (Sanders 2000) e que as avaliações retrospectivas da economia nacional exercem um efeito significativo sobre o voto (Sanders 2003). Sugere-se que o eleitorado é capaz de antecipar, em termos genéricos, a situação futura da economia nacional. Nesse sentido, as expectativas e as avaliações prospetivas que o eleitorado faz das condições económicas do país são as que exercem maior influência na explicação do apoio partidário (Clarke e Stewart 1994; MacKuen, Erikson e Stimson. 1992). Literatura mais recente defende ainda que o eleitorado que ficou mais fragilizado economicamente com a crise apresenta maior propensão para rejeitar os partidos *mainstream* e para votar em novas forças partidárias, quer à direita, quer à esquerda (Hobolt e Tilley 2016). Em Espanha, a partir das eleições legislativas de 2011, num contexto de crise económica, o eleitorado tem vindo a rejeitar os partidos de centro. Assim, a nossa expectativa é que o eleitorado que produz as avaliações mais negativas da situação da economia, sejam retrospectivas, sejam prospetivas, tenha maior probabilidade para votar no Unidos Podemos ou no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all. Desse modo, formula-se o último conjunto de hipóteses:

- H7: Quanto mais negativas as avaliações sociotrópicas do eleitorado à economia, maior a probabilidade para votar na coligação Unidos Podemos ou no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all.

- H8: Quanto mais negativas as avaliações retrospectivas do eleitorado à economia, maior a probabilidade para votar na coligação Unidos Podemos ou no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all.

- H9: Quanto mais negativas as avaliações prospetivas do eleitorado à economia, maior a probabilidade para votar na coligação Unidos Podemos ou no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all.

CAPÍTULO II – A CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA EM ESPANHA

Este capítulo aborda as causas da crise económica espanhola e analisa descritivamente alguns indicadores que permitem compreender a evolução da situação macroeconómica em Espanha depois de 2008. Os indicadores são a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego, a taxa de desemprego abaixo dos 25 anos, a dívida pública e o défice. O enquadramento da evolução da situação macroeconómica em Espanha depois da eclosão da crise possibilita a compreensão do contexto em que se desenrolaram os fenómenos políticos analisados nesta pesquisa.

2.1. Causas e indicadores da crise

A crise internacional e a explosão da bolha no sector imobiliário tiveram consequências dramáticas na economia espanhola a partir de 2008. A desaceleração da atividade imobiliária era já evidente em 2007, mas a crise económica e financeira internacional ditou o agravamento da depressão de um dos setores vitais da economia espanhola. (García 2010; Kickert e Ysa 2014).

O impacto do colapso do sector imobiliário sobre o emprego e sobre o desempenho da economia foi bastante significativo (Fernández-Villaverde, Garicano e Santos 2013). A elevada proporção de mão-de-obra ligada ao imobiliário permite perceber a verdadeira magnitude da quebra deste sector para a economia. Antes da crise, o sector imobiliário empregava 25 % da mão-de-obra masculina. Além disso, este sector também concentrava uma fatia significativa do investimento e da riqueza dos espanhóis (Fernández-Villaverde, Garicano e Santos 2013; García 2010).

Quadro n.º 2.1. – Evolução dos indicadores macroeconómicos em Espanha

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de crescimento real do PIB (%)	1,1	-3,6	0	-1	-2,9	-1,7	1,4	3,4 ^p	3,3 ^p
Taxa de desemprego (%)	11,3	17,9	19,9	21,4	24,8	26,1	24,5	22,1	19,6
Taxa de desemprego <25 anos (%)	24,5	37,7	41,5	46,2	52,9	55,5	53,2	48,3	44,4
Dívida pública (% do PIB)	39,5	52,8	60,1	69,5	85,7	95,5	100,4	99,8	99,4
Défice (-) ou excedente (+) do Governo (% do PIB)	-4,4	-11	-9,4	-9,6	-10,5	-7	-6	-5,1	-4,5

Fonte: Eurostat. Nota: p refere-se a valor provisório.

O seu colapso foi responsável pela perda de 2.3 milhões de empregos, de forma direta e indireta (García 2010). Numa economia que antes da crise registava um crescimento médio de 3,6% (Fernández-Villaverde, Garicano e Santos 2013), os efeitos da explosão da bolha imobiliária fizeram sentir-se, de forma bastante célere, no desempenho do PIB e no emprego. Como se pode observar no

Quadro n.º 2.1, o PIB evoluiu de uma taxa de crescimento de 1,1% em 2008 para um crescimento negativo de 3,6% no ano seguinte. No mesmo período, a taxa de desemprego e a taxa de desemprego abaixo dos 25 anos registaram um aumento bastante acentuado. Enquanto a taxa de desemprego cresceu 6,6 pontos percentuais, a taxa de desemprego abaixo dos 25 anos teve uma subida de 13 pontos percentuais. Para o crescimento da bolha imobiliária, muito contribuíram as políticas de crédito bastante agressivas implementadas pelo sector financeiro espanhol (Fernández-Villaverde, Garicano e Santos 2013; García 2010; Royo 2009).

O elevado nível de endividamento privado acabou por deixar o sector financeiro espanhol numa situação de grande exposição e de vulnerabilidade perante os mercados quando os efeitos da crise alastraram ao sistema financeiro internacional (García 2010; Sánchez-Cuenca 2014). Essa fragilidade do sector financeiro espanhol traduziu-se no colapso do Bankia e num pedido de resgate à União Europeia (UE) ao sector bancário, em maio de 2012. Esta conversão da dívida privada em dívida pública agravou consideravelmente a situação das finanças públicas espanholas. Como mostra o Quadro n.º 2.1., o valor da dívida atingiu 85,7% do PIB em 2012 e evoluiu para 100% dois anos mais tarde. O défice, em 2012, representava 10,5 % do PIB.

Quanto às respostas políticas para combater os efeitos da crise, podem ser identificadas dois momentos. Numa primeira fase, os líderes dos países do G 20 chegaram, em 2008, a um consenso alargado para que fosse adotado um pacote de medidas orçamentais para estimular as economias em crise. Essa solução ainda permitiu uma ténue recuperação da economia espanhola em 2010 (Sánchez-Cuenca 2014), embora os efeitos das políticas de estímulo à economia possam ser considerados temporários (Kickert e Ysa 2014). Os efeitos das políticas de estímulo à economia fizeram sentir-se em 2010, através de ligeira melhoria do desempenho do PIB, como mostra o Quadro n.º 2.1.

Em 2010 registou-se, no entanto, uma inflexão nas políticas macroeconómicas. Os líderes do G20 acordaram a adoção de políticas de austeridade para combater a crise das finanças públicas em alguns países da zona euro. Em Espanha, o pacote de austeridade, anunciado em 2010, incluía cortes de 15 mil milhões de euros em despesas sociais e reduções salariais no sector público (Kickert e Ysa 2014). A taxa de desemprego subiu para os 26,1% em 2013 e a economia registou nesse mesmo ano um crescimento negativo de 1,7%.

A prossecução do mesmo tipo de políticas por parte do PP, a partir de 2011, teve também consequências eleitorais para este partido. Em 2014, o PP e o PSOE sofreram um declínio considerável na votação das eleições europeias. Estas eleições são consideradas o prenúncio do fim do bipartidarismo em Espanha (Cordero e Montero 2015). A tendência de deterioração da economia inverteu-se, no entanto, a partir de 2014. O desempenho do PIB, como se observa no Quadro n.º 2.1, teve um desempenho bastante positivo nos dois anos seguintes. Em 2016, o PIB cresceu a uma taxa de 3,3%. O desemprego, porém, apesar de ter registado uma descida, manteve níveis bastante elevados, 19,6%, em 2016. Apesar da melhoria de alguns indicadores macroeconómicos, a esmagadora maioria dos espanhóis considerava, em maio de 2016, um mês antes da realização das eleições legislativas, que

a situação geral da economia era má ou muito má (68,1%) em maio de 2016, segundo dados do barómetro do CIS⁵.

CAPÍTULO III – OPERACIONALIZAÇÃO E DADOS

Esta pesquisa é um estudo que centra a sua análise nos determinantes do voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos nas eleições legislativas espanholas de 2016, por comparação com o PSOE e o PP. A investigação tem como ponto de partida o aumento dos níveis de fragmentação do sistema partidário espanhol e o declínio dos níveis de apoio político. Face ao aumento da fragmentação do sistema partidário espanhol a partir de 2015, analisa-se, em primeiro lugar, em termos descritivos, a evolução das características do sistema partidário espanhol. Os indicadores que constam na análise são a volatilidade total, o índice de Gallagher, que permite medir a desproporcionalidade eleitoral, o número efetivo de partidos eleitorais (NEPE) e o número efetivo de partidos parlamentares (NEPP). Em segundo lugar, uma vez que as variáveis abrangidas pelo conceito de apoio político têm um lugar de destaque no modelo explicativo, é desenvolvida uma análise descritiva, longitudinal e comparativa, constrangida a alguma limitação dos dados disponíveis, da confiança nos partidos, da confiança no parlamento, da confiança na justiça, da avaliação do funcionamento da democracia e da avaliação da situação política. Na análise explicativa são testados os efeitos destas variáveis sobre o voto. São testados, posteriormente, os efeitos de algumas variáveis de controlo consideradas relevantes na explicação do voto em Espanha, como as avaliações da situação da economia, a ideologia e a religião.

A escolha do caso espanhol deve-se, em primeiro, às características dos partidos que provocaram uma quebra acentuada da expressão eleitoral do PP e do PSOE. Em segundo, embora também se tenha verificado um aumento da fragmentação de outros sistemas partidários no sul da Europa, a opção pela análise das eleições gerais em Espanha de 2016 deve-se à disponibilidade de dados micro que possibilitam a análise de um modelo explicativo do voto nas eleições de 2016. Na medida em que os estudos sobre o comportamento eleitoral têm tradicionalmente uma forte componente quantitativa, este tipo abordagem empírica parece-nos ser o mais adequado para esta pesquisa. Neste capítulo são identificados ainda os dados utilizados para cada uma dessas análises e descritos os procedimentos metodológicos levados a cabo para o efeito.

3.1. Dados

As expectativas teóricas desta pesquisa são testadas com suporte numa base de dados correspondente ao inquérito pós-eleitoral de 2016, com uma amostra representativa [N=6175], levado a cabo pelo CIS⁶.

⁵ Dados do Barómetro de maio de 2016 do CIS disponíveis em:

http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=14282

⁶ Para informações mais detalhadas sobre as características técnicas do inquérito, consultar: http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=14291

Os dados micro extraídos deste inquérito disponibilizam informações sobre as atitudes políticas dos espanhóis, permitindo analisar os efeitos das variáveis sobre o voto nas eleições de 2016.

Em segundo lugar, na descrição do sistema partidário espanhol, utilizam-se dados eleitorais disponíveis no site do ministério do Interior do Governo de Espanha⁷. Para a análise da desproporcionalidade do sistema eleitoral recorrem-se a dados disponíveis no site de Michael Gallagher sobre sistemas eleitorais⁸. Os dados usados para analisar a volatilidade total do sistema partidário foram produzidos por Emanuele (2015). Esta base de dados disponibiliza os valores da volatilidade total dos países da Europa Ocidental para o período de 1945-2015. A atualização dos dados está disponível no site do CISE - Italian Center for Electoral Studies LUISS 'Guido Carli' Rome and University of Florence, entidade a que pertencem os investigadores responsáveis pela produção da base de dados⁹. A segunda componente descritiva da investigação refere-se à análise da evolução dos níveis de confiança nas instituições políticas, dos níveis de satisfação com o funcionamento da democracia e das avaliações da situação política em Espanha. Para a análise da confiança nas instituições políticas, utilizam-se dados do Eurobarómetro que compreendem o período de 2008-2016: Eurobarómetro 69.2 (2008); Eurobarómetro 71.3 (2009); Eurobarómetro 74.2 (2010); Eurobarómetro 76.3 (2011); Eurobarómetro 77.3 (2012); Eurobarómetro 80.1 (2013); Eurobarómetro 82.3 (2014); Eurobarómetro 83.3 (2015); Eurobarómetro 85.2 (2016). A análise da evolução níveis de satisfação com a democracia é produzida a partir das bases de dados referentes aos inquéritos *do European Social Survey* (ESS), correspondentes às vagas 4 (2008), 5 (2010), 6 (2012) e 7 (2014). Para as variáveis incluídas no Eurobarómetro e no ESS produziu-se uma análise comparativa com outros países da Europa. Por isso, incluiu-se na amostra os países membros da UE que estão contemplados em todas as vagas do ESS e nas edições do Eurobarómetro para o período em análise (2008-2016)¹⁰. Por último, a análise da evolução das avaliações da situação política em Espanha é desenvolvida a partir das bases de dados correspondentes aos barómetros do CIS de dezembro dos anos de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

3.2. Operacionalização e procedimentos de análise dos dados

A investigação aqui desenvolvida analisa, em termos descritivos, a evolução das características do sistema partidário espanhol e dos níveis de apoio político. Analisam-se, em último lugar, os efeitos da confiança nas instituições políticas e das avaliações do desempenho das instituições democráticas sobre o voto, assim como os efeitos produzidos pelas variáveis de controlo.

⁷ Link para consulta dos resultados das eleições legislativas em Espanha desde 1977 <http://www.infoelectoral.mir.es/infoelectoral/min/>

⁸ O site disponibiliza dados sobre a desproporcionalidade, o NEPE e o NEPP em vários países: http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/ElSystems/

⁹ Para consulta da base de dados com os níveis de volatilidade eleitoral: <http://cise.luiss.it/cise/dataset-of-electoral-volatility-and-its-internal-components-in-western-europe-1945-2015/>

¹⁰ Os países incluídos são 16: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Irlanda, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa e Suécia.

No que diz respeito à análise do sistema partidário espanhol, os níveis de volatilidade total são calculados através da soma da volatilidade eleitoral causada pela mudança de voto entre partidos que entraram ou saíram do sistema partidário (Reg V), da volatilidade eleitoral causada pela mudança de voto entre partidos já existentes no sistema partidário (AltV) e da volatilidade causada pela mudança de voto entre partidos que têm menos de 1% dos votos entre duas eleições (OthV), conforme proposto por Emanuele (2015) (ver anexo B.1.). Quanto à desproporcionalidade do sistema eleitoral é medida através do índice de desproporcionalidade eleitoral, denominado least squares index (LSq), conforme a fórmula proposta por Gallagher (1991) (ver anexo B.1.). Quanto à fragmentação do sistema partidário, esta é medida através do NEPP e do NEPE. Estes dados encontram-se também na base de dados de Michael Gallagher, disponível online. Calculando os dados e comparando-os com os já publicados por este investigador, os valores publicados confirmam os nossos cálculos. Os valores do NEPE e do NEPP são calculados com base na fórmula Laakso e Taagepera (1979):

$$\frac{1}{\sum_{i=1}^n p_i^2}$$

em que p é a proporção de votos ou de assentos do partido i e em que a soma é efetuada sobre todos os n partidos que obtêm votos ou assentos parlamentares.

O segundo momento desta investigação corresponde à análise descritiva das variáveis e indicadores enquadrados no conceito de apoio político proposto por Easton (1975). Esta análise compreende o período de 2008-2016, de modo a perceber-se a evolução dessas variáveis depois de iniciada a crise económica internacional no final de 2008. Os níveis de confiança nas instituições são medidos através das percentagens dos inquiridos que afirmam tender a confiar nas instituições. No caso da satisfação com a democracia decidiu-se utilizar os dados do ESS, na medida em que as respostas são medidas numa escala de 0 a 10, permitindo assim detetar com maior rigor a proporção dos cidadãos mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia. Nessa escala, 0 corresponde a “extremamente insatisfeito” e 10 corresponde a “extremamente satisfeito”. Os níveis de insatisfação com o funcionamento da democracia foram medidos através da soma das percentagens dos inquiridos que deram respostas entre 0 e 3, conforme proposto por Torcal (2014). No caso desta variável não foi possível estender a análise até 2016, na medida em que a última vaga do ESS corresponde a 2014. Quanto à avaliação da situação política, por falta de dados relativos a outros países europeus, só foi possível a análise para Espanha. Esta variável foi analisada através das avaliações negativas da situação política. Estas exprimem a percentagem de respostas “má” e “muito má”, numa escala que inclui ainda as categorias “muito boa”, “boa” e “regular”.

Em último lugar, a investigação incide sobre a análise explicativa, que dá resposta ao objetivo principal: analisar os determinantes do voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all. Nesse sentido, é utilizado um modelo de regressão logística para o voto no Unidos Podemos e para o voto Ciudadanos, que correspondem a duas variáveis dependentes.

Tratando-se de uma regressão logística, o voto foi dicotomizado da seguinte forma: (0 voto no PP e no PSOE; 1 voto no Unidos Podemos); (0 voto no PP e no PSOE; 1 voto no Ciudadanos).

A análise de regressão logística compreende dois blocos de variáveis. Uma vez que o conceito de apoio político é crucial para esta análise, o primeiro bloco corresponde às variáveis abrangidas por esse conceito. A confiança nos partidos, a confiança no parlamento e a confiança na justiça correspondem a uma dimensão mais específica de apoio. A confiança nas instituições políticas é medida numa escala de 0 a 10, em que 0 significa “não confia em absoluto” e 10 significa “confia totalmente”. A satisfação com o funcionamento da democracia e a avaliação da situação política correspondem, segundo o modelo teórico, a uma dimensão mais difusa de apoio político. A satisfação com o funcionamento da democracia, tal como as variáveis de confiança, é medida numa escala de 0 a 10, em que 0 corresponde a “completamente insatisfeito” e 10 corresponde a “completamente satisfeito”. A avaliação da situação política é medida numa escala em que 1 corresponde a “muito má” e 5 corresponde a “muito boa”.

O segundo bloco de variáveis serve não só para analisar se o primeiro grupo de variáveis mantém efeitos significativos sobre o voto, mas também para testar as hipóteses teóricas incluídas no modelo teórico. Este inclui alguns dos preditores considerados mais relevantes para a explicação do comportamento eleitoral em Espanha: as avaliações da economia, a religião e a ideologia. O modelo inclui três medidas de avaliação da economia: a) a avaliação sociotrópica, medida numa escala de cinco pontos, que varia entre “muito boa” e “muito má”; b) a avaliação sociotrópica retrospectiva, medida numa escala de cinco pontos, que varia entre “melhorou muito” e “piorou muito”; c) a avaliação prospectiva, medida numa escala de cinco pontos, que varia entre “muito melhor” e “muito pior”.

A ideologia é operacionalizada através do autopoicionamento do eleitorado numa escala esquerda/direita de dez pontos, em que 1 corresponde à posição mais à esquerda e 10 corresponde à posição mais à direita. Por fim, os efeitos da religião sobre o voto são medidos através do grau de religiosidade. De acordo com literatura que analisa os efeitos da religiosidade sobre o voto (ver, por exemplo, Montero e Calvo 2000; Orrióls 2013), o grau de religiosidade é medido através da frequência com que os indivíduos celebram cerimónias religiosas, em que 1 corresponde a “quase nunca” e 5 corresponde a “várias vezes por semana”.

CAPÍTULO IV – O SISTEMA PARTIDÁRIO ESPANHOL E O APOIO POLÍTICO

Este capítulo trata da análise descritiva das características do sistema democrático espanhol e da análise descritiva, longitudinal e comparativa dos níveis de confiança nas instituições, de satisfação com o funcionamento da democracia e das avaliações políticas. A análise mostra as alterações sofridas pelo sistema partidário depois de iniciada a crise de 2008 e como os níveis de apoio político sofreram uma quebra acentuada durante esse período.

4.1. Evolução do sistema partidário espanhol

Nesta secção analisamos algumas características do sistema partidário democrático espanhol. O intuito é descrever o seu processo evolutivo e demonstrar como as eleições de 2015 marcam uma mudança no seu formato. São utilizados, para o efeito, alguns indicadores que colocam em evidência algumas das suas características mais relevantes desde o período da sua formação. Esses indicadores são: a volatilidade total; o NEPE; o NEPP; o índice de Gallagher, que mede a desproporcionalidade eleitoral. O peso eleitoral total das duas principais forças partidárias também está presente na análise. O objetivo é demonstrar, numa perspetiva longitudinal, como o declínio eleitoral do PP e do PSOE, nas eleições de 2015, contribuiu para a fragmentação relativamente acentuada do sistema partidário e para a alteração do seu formato.

O sistema partidário democrático espanhol torna-se uma realidade poucos meses antes da realização das eleições gerais de 1977, o primeiro ato eleitoral democrático depois de quase 40 anos de regime autoritário, liderado por Francisco Franco. A legalização dos partidos políticos, durante esse período, é entendida como o marco que dá início ao novo sistema de partidos (Bar 1984). Em traços gerais, analisando a média dos indicadores incluídos no Quadro n.º 4.1, pode referir-se que o sistema partidário espanhol é caracterizado, desde a “fase de abertura”, por níveis relativamente baixos de fragmentação, de volatilidade eleitoral e de desproporcionalidade eleitoral¹¹. Apesar dessas características gerais, a evolução do seu formato permite que sejam identificadas várias fases ao longo da sua história (Colomé e López-Nieto 1998; Linz e Montero 2003; Medina 2015).

A primeira fase do sistema partidário democrático (1977-1982) corresponde ao período de domínio eleitoral da Unión de Centro Democrático (UCD) (Colomé e López Nieto 1998; Linz e Montero 2003). Esta coligação, liderada por Adolfo Suárez e constituída por alguns sectores reformistas do Franquismo, por liberais, por social-democratas e por democratas-cristãos, sai vencedora das eleições de 1977 e de 1979. Embora não consiga atingir maioria absoluta, a incapacidade dos partidos de esquerda para firmarem entendimentos permite à UCD a formação de dois governos minoritários (Medina 2015). O PSOE, situando-se no espectro ideológico como um partido de centro esquerda, assume o papel de principal partido da oposição. Os resultados das duas primeiras eleições gerais determinam ainda a formação de um sistema composto por seis partidos significativos (Colomé e López Nieto 1998, pág. 247): dois principais partidos, um situado no centro-direita, a UCD, e outro no centro-esquerda, o PSOE; dois partidos minoritários, com a AP situada à direita e o Partido Comunista de España (PCE) à esquerda; por último, dois partidos regionais e nacionalistas. Um do País Basco, o Partido Nacionalista Vasco (PNV), e o outro da Catalunha, o Convergència i Unió (CiU).

¹¹ Apesar da proporcionalidade do sistema eleitoral, este favorece os grandes partidos em termos de representação parlamentar. Essa redução da proporcionalidade deve-se aos corretivos introduzidos no sistema eleitoral com o intuito de reduzir a fragmentação do sistema partidário. O grande número de distritos eleitorais de pequena magnitude, que elegem um número reduzido de deputados, é o corretivo que tem um efeito mais efetivo na diminuição da proporcionalidade do sistema (Bar 1984; Caciagli 1984; Gunther e Montero 2009).

Fazendo uma análise mais detalhada dos indicadores que caracterizam o sistema partidário, importa realçar, em primeiro lugar, que este apresenta logo na sua fase inicial uma relativa estabilidade (Linz e Montero 2003). Como pode observar-se no Quadro n.º 4.1., a volatilidade total é indicativa de uma reduzida transferência de votos entre as eleições 1977 e de 1979. A concentração do voto nos dois principais partidos, o NEPP e o NEPE permitem verificar ainda que esta fase é caracterizada por uma maior fragmentação do sistema partidário, em comparação com as fases posteriores. Os dois partidos principais concentram, em média, cerca de 65% dos votos e mais de 80% dos assentos parlamentares. Porém, a fragmentação do sistema partidário espanhol é considerada, em termos comparativos, relativamente baixa no período da sua formação. Estabelecendo uma comparação com eleições realizadas no período inicial de outros sistemas partidários, alguns autores destacam que a fragmentação do sistema partidário espanhol é já nesse período relativamente limitada (Linz e Montero 2003).

Quadro n.º 4.1. – Volatilidade Total, LSq, Proporção do Voto dos dois principais partidos, NEPE, NEPP nas Eleições Legislativas

Eleições Gerais	VT	LSq	PSOE & UCD (%)	PSOE & AP/PP	NEPE	NEPP
1977	-	10,1	63,9		4,5	2,9
1979	12,9	10,6	65,5		4,3	2,8
1982	43,8	8		74,8	3,2	2,3
1986	13,2	7,2		70,5	3,6	2,7
1989	9,5	9,4		65,9	4,1	2,9
1993	11,5	7,1		74,1	3,5	2,7
1996	5,8	5,4		77,2	3,3	2,7
2000	8,8	6,1		80,0	3,1	2,5
2004	10,8	4,3		81,6	3,0	2,5
2008	5,3	4,5		84,8	2,8	2,3
2011	17	6,9		74,4	3,4	2,5
2015	35,5	6,1		51,1	5,8	4,6
2016	5,5	5,4		56,1	5,0	4,2
Média	14,9	7,01			3,8	2,9

Fonte: Dados da VT (Emanuele 2015); LSq, dados publicados online por Michael Gallagher, online; NEPE e NEPP, dados calculados de acordo com a fórmula proposta por Laakso e Taagepera (1979)

As eleições de 1982 marcam um ponto de viragem no formato do sistema partidário. O PSOE sai vencedor com uma maioria absoluta e com uma representação de 202 deputados. Esta viragem fica a dever-se sobretudo ao colapso eleitoral da UCD. Esta coligação averba uma pesada derrota, conseguindo apenas alcançar 6,8% dos votos e a eleição de 11 deputados. O PCE regista igualmente um considerável declínio na sua votação. O seu peso eleitoral fica reduzido a mais de metade. Esta crise eleitoral do PCE deve-se, sobretudo, às dissensões internas provocadas pelo rumo ideológico mais moderado implementado pelo líder do partido, Santiago Carrillo (Gunther e Montero 2009)¹². A

¹² O PCE inicia o seu processo de transformação ideológica ainda antes da queda do Franquismo. Em 1972, o partido repudia o conceito “ditadura do proletariado” e compromete-se a respeitar o sufrágio democrático num futuro sistema democrático. Posteriormente, em 1979, a expressão “leninista” deixa de fazer parte da designação

AP, por seu turno, ao atingir uma representação de 107 deputados, assume-se como o principal partido da oposição. Em resultado da considerável perda de influência eleitoral da UCD e do PCE, as eleições de 1982 registam níveis excecionalmente elevados de volatilidade. Nessas eleições, marcadas por níveis de volatilidade dos mais elevados na Europa ocidental no período do pós-guerra (Gunther 2005), a transferência do voto é superior a 40%.

A fase iniciada em 1982 corresponde ao período de maior influência eleitoral do PSOE, que obtém sucessivas vitórias eleitorais entre 1982 e 1993. O sistema multipartidário partidário moderado existente até 1982 dá lugar a um sistema de partido dominante (*predominant party system*) (Linz e Montero 2003). Um dado relevante a registar relativamente a este período é a estabilização dos níveis de volatilidade. A partir das eleições de 1986, os níveis de volatilidade total recuam para valores semelhantes aos registados em 1979 e estabilizam, em média, nos 11,4%. Esta fase é ainda marcada pela redução da fragmentação do sistema partidário e por uma maior concentração do voto nos dois principais partidos. Além do mais, a distância entre os resultados eleitorais do PSOE e da AP é encurtada de eleição para eleição. A diminuição dessa distância é mais significativa a partir das eleições 1989 e surge como o resultado da refundação da AP para PP. Com a refundação do partido e a eleição de José Maria Aznar para ser o candidato a presidente do Governo de Espanha, o PP afirma-se definitivamente como um partido moderado de centro-direita e com uma estratégia claramente eleitoralista¹³. Essa estratégia dá frutos em 1996. Nesse ano, o PP alcança, pela primeira vez, uma vitória nas eleições para o Congresso.

A vitória eleitoral do PP, em 1996, representa o início de uma nova fase do sistema partidário. Nesta nova etapa, que abrange o período entre 1996 e 2011, o sistema partidário regressa multipartidarismo moderado que caracteriza a primeira fase (Linz e Montero 2003; Medina 2015). Apesar disso, o sistema funciona, na realidade, como um sistema bipartidário (*two plus party system*). (Gunther e Montero 2009), em resultado do processo de refundação do PP. Esta reformulação da estratégia do PP tem consequências ao nível da competição eleitoral. A competição pelo poder volta a ser disputada por dois partidos catch-all, um situado no centro esquerda e o outro no centro-direita, que fazem a alternância no poder durante esse período (Medina 2005; Gunther e Montero 2009).

do partido. Esse reposicionamento ideológico permite ao PCE apresentar-se, perante os eleitores, com a imagem de um partido democrático e relativamente moderado. Nas eleições de 1996, o partido coliga-se com um conjunto de forças pacifistas e pós-materialistas. Dessa coligação nasce a IU, que logo nesse ano consegue melhorar os resultados eleitorais (Gunther e Montero 2009).

¹³ A AP passa por um gradual e longo processo de transformação ideológica. Fundado e composto por ex-quadros do regime franquista, entre os quais o líder Manuel Fraga, o partido sente, numa primeira fase, dificuldade em afirmar-se como uma força partidária democrática. Para isso também contribuem as posições antidemocráticas de alguns dos seus deputados eleitos para Assembleia Constituinte, que votaram contra o carácter democrático da nova Constituição. Depois de uma cisão, que se traduz no abandono dos membros do sector não democrático do partido, Manuel Fraga tenta posicionar a AP ao centro e adotar estratégias eleitoralistas, típicas de um partido catch-all, através do recrutamento de jovens quadros conotados com o centro-direita. O partido, no entanto, sobretudo devido ao passado franquista dos seus fundadores, sente dificuldade em afirmar-se como um partido moderado de direita e mantém as características de partido programático (Gunther e Montero 2009).

Paralelamente à diminuição da fragmentação do sistema partidário, observa-se uma tendência para o aumento da concentração do voto nos dois principais partidos nesta fase. A concentração do voto no PP e no PSOE e a consequente diminuição da fragmentação do sistema partidário andam a par com a diminuição tendencial da volatilidade. Em 2008, como pode observar-se no Quadro n.º 4.1., a proporção da transferência de votos é bastante reduzida. As eleições ganhas em 2011 pelo PP prenunciam, no entanto, uma alteração do comportamento eleitoral dos espanhóis. Realizadas já em contexto de crise económica, essas eleições ditam o pior resultado eleitoral alcançado até aí pelo PSOE. Em resultado da pesada derrota do PSOE, regista-se um crescimento substancial dos níveis de volatilidade e um aumento da fragmentação do sistema. O aumento da volatilidade resulta sobretudo da fragmentação do voto verificada no espaço ideológico de esquerda. O PP, a IU e a força de centro UPyD são os principais beneficiários da transferência de voto do eleitorado que, em 2008, havia votado no PSOE (Torcal 2014a).

As eleições gerais de 2015 marcam outra mudança no formato no sistema partidário. Apesar da obtenção de uma nova vitória eleitoral, o PP perde 16,3 pontos percentuais relativamente às eleições anteriores. E não é o principal partido da oposição que capitaliza essas perdas. O PSOE atinge, de novo, o seu pior resultado eleitoral, com 22% dos votos. Os principais beneficiados das quebras eleitorais desses dois partidos são o Ciudadanos e o Podemos. Em resultado dessas transferências do voto, os níveis de volatilidade crescem para valores que se aproximam dos registados em 1982. A fragmentação do sistema partidário é, no entanto, mais acentuada do que a verificada nesse período e a mais elevada desde a sua formação. Estas alterações nas características do sistema partidário determinam o fim do bipartidarismo e a emergência de um sistema multipartidário (Orriols e Cordero 2016). Os resultados das eleições de 2016 e a manutenção da fragmentação do sistema partidário confirmam a mudança do formato do sistema partidário espanhol.

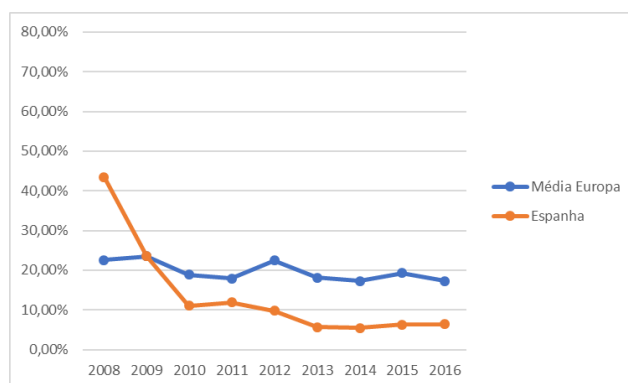
4.2. Evolução dos níveis de apoio político

Esta secção é centrada na análise, longitudinal e comparativa, das variáveis incluídas no modelo explicativo abrangidas pelas várias dimensões do conceito de apoio político desenvolvido por Easton (1975). O propósito é demonstrar, em termos descritivos, como a Espanha foi particularmente afetada pela diminuição dos níveis de confiança nas instituições políticas, pelo aumento da insatisfação com o funcionamento da democracia e pela deterioração das avaliações à situação política após a eclosão da crise económica. São tratadas, em primeiro lugar, as variáveis que medem, a um nível mais específico, o apoio ao sistema político após o deflagrar da crise económica em Espanha e na Europa. Estas variáveis dizem respeito aos níveis de confiança do público nos partidos políticos, no parlamento e na justiça. Os gráficos respeitantes a estas variáveis ilustram a evolução da percentagem de cidadãos espanhóis e europeus que assumem confiar nessas instituições. Em segundo lugar, analisa-se a evolução dos indicadores que possibilitam medir as variáveis incluídas numa dimensão mais difusa de

apoio político. Esses indicadores figuram nos gráficos que traçam a evolução das percentagens do público espanhol e europeu que mostra estar mais insatisfeito com o funcionamento da democracia. A mesma observação é feita para as avaliações do público à situação política. Neste caso, porém, devido à ausência de dados, traça-se apenas a evolução da percentagem de avaliações negativas do público espanhol à situação política.

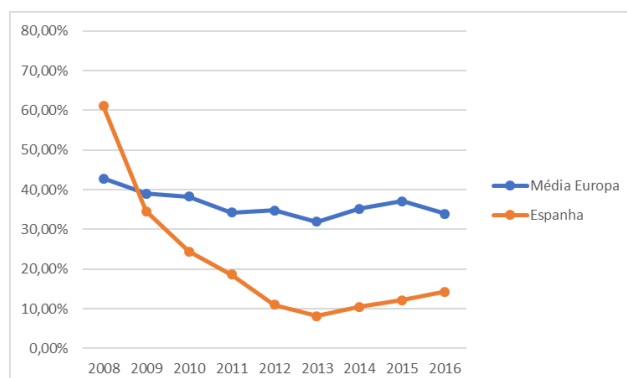
Observando a evolução dos vários indicadores relativos à confiança, à satisfação com o desempenho do funcionamento da democracia e às avaliações da situação política, verifica-se uma tendência bastante expressiva para o aumento das avaliações negativas ao desempenho das várias instituições em Espanha e na Europa. Em Espanha, no entanto, a tendência para o aumento da desconfiança e insatisfação com o funcionamento das instituições é particularmente acentuada. O mesmo sucede com as avaliações à situação política geral de Espanha, a qual é considerada má ou bastante má pela esmagadora maioria do público. É possível assim afirmar que o declínio acentuado dos níveis de apoio às instituições políticas coincide genericamente com o período em que a Espanha atravessa uma forte recessão económica. No que diz respeito à confiança nas instituições, a degradação dos níveis de confiança em Espanha é bastante acentuada e visível no caso dos partidos políticos e no caso do parlamento. Entre 2008 e 2014, a proporção de cidadãos espanhóis que diz confiar nos partidos políticos decresce de 43,5% para 5,5%. Esta tendência traduz uma variação negativa de quase 40 pontos percentuais (vd. Figura 4.1). O parlamento, por seu turno, é a instituição que sofre o declínio mais acentuado nos níveis de confiança. Essa maior quebra deve-se ao facto de o Congresso ser a instituição que apresenta inicialmente uma base mais elevada nos seus níveis de confiança. Como pode observar-se na Figura n.º 4.2, a percentagem de cidadãos que afirma confiar no parlamento diminui de 61,1 % para 8,2% entre 2008 e 2013. Logo verifica-se uma variação negativa de 52,9 pontos percentuais. Na justiça, apesar de também se verificar uma erosão significativa nos seus níveis de confiança, a proporção de cidadãos que afirma não acreditar no seu desempenho é menos elevada em comparação com os partidos e o parlamento (v.d. Figura 4.3). Em 2008, a maioria do público (58,3%) diz confiar no sistema legal. Os níveis de confiança no sistema de justiça descem, no entanto, para mais de metade (25,4%) em 2014.

Figura n.º 4.1. - Percentagem de cidadãos que confia nos Partidos Políticos



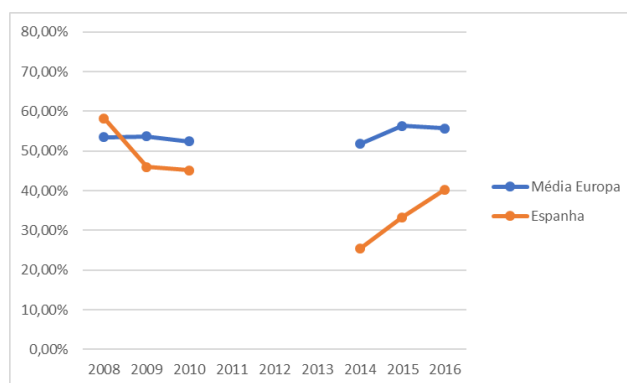
Fonte: Eurobarómetro 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016

Figura n.º 4.2. - Percentagem de cidadãos que confia no Parlamento



Fonte: Euróbarómetro 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016

Figura n.º 4.3. - Percentagem de cidadãos que confia na Justiça



Fonte: Eurobarómetro 2008, 2009, 2010, 2013, 2014, 2015, 2016

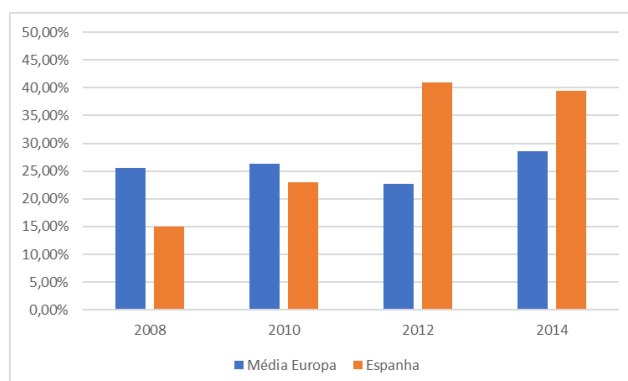
Estabelecendo uma comparação entre Espanha e a Europa, é possível perceber com maior clareza a magnitude da deterioração da confiança depositada pelos cidadãos espanhóis nas suas instituições. Como mostra a Figura n.º 4.1., os níveis de confiança nos partidos políticos em Espanha, em 2008, são superiores à média dos países europeus incluídos na amostra. Mas essa ordem inverte-se ao longo dos anos. Mesmo verificando-se uma tendência de declínio da confiança que o público europeu deposita nos partidos políticos, a percentagem de espanhóis que diz confiar nos partidos é significativamente inferior à média europeia registada, em 2014, nos países incluídos na amostra. Nesse mesmo ano, regista-se uma diferença entre a Espanha e a Europa de mais de 10 pontos percentuais nos níveis de confiança nos partidos. Essa diferença é ainda mais acentuada no caso do parlamento. Como mostra a Figura n.º 4.2., essa maior amplitude na diferença entre os níveis de confiança registados em Espanha e na Europa, que se acentua em 2013, deve-se ao facto de o declínio da confiança nos parlamentos nacionais observado nos países europeus ser pouco acentuado. Em 2013, ano em que a confiança no Parlamento atinge os níveis mais baixos em Espanha, a diferença para a Europa é de quase 25 pontos percentuais. Relativamente à confiança na justiça, apesar de não

ser possível apresentar a sua evolução em todos os pontos temporais devido à ausência desse indicador em todos os Eurobarómetros dos respetivos anos, é possível verificar que os níveis de confiança em Espanha são também bastante mais baixos comparativamente com a média dos países da Europa em 2014.

Refira-se ainda que, logo em 2010, ano em que são anunciadas as primeiras medidas de austeridade pelo governo espanhol, a confiança nos partidos é já bastante reduzida: apenas 11,1% dos cidadãos mostra confiança nos partidos políticos. No caso do parlamento, como mostra a Figura n.º 4.2., o declínio é mais gradual. Saliente-se ainda que foi nesse clima de acentuada desconfiança que se realizaram várias eleições no sul da Europa, nomeadamente em Espanha, que ditaram o afastamento dos partidos incumbentes do poder (Bosco e Verney 2012).

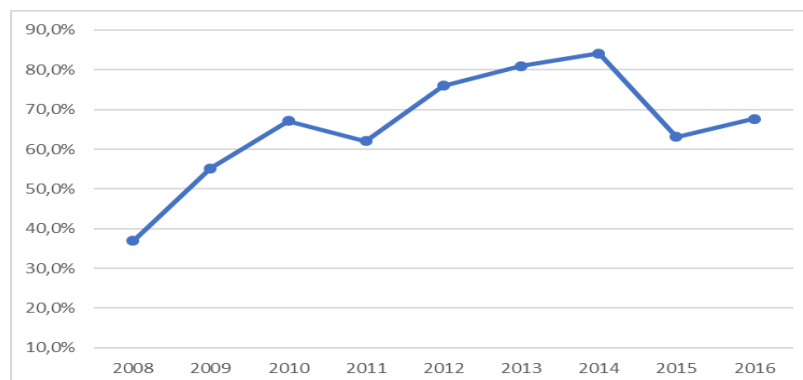
Ao analisar a evolução dos níveis de satisfação com o funcionamento da democracia, como se observa na Figura n.º 4.4., verifica-se um aumento bastante significativo da proporção de cidadãos insatisfeitos com o seu desempenho entre 2008 e 2014. Se em 2008 e 2010, os níveis de descontentamento com a democracia são menos elevados que nos restantes países europeus, essa tendência inverte-se a partir 2012. Nesse ano, o número de cidadãos espanhóis com níveis de insatisfação mais elevados aumenta de forma acentuada para 41%. A média europeia decresce de 26,3% para 22,6% entre 2012 e 2014. É ainda possível verificar que, enquanto Espanha regista tendencialmente um aumento substancial do número de cidadãos insatisfeitos com o funcionamento da democracia no período entre 2008 e 2014, os países europeus registam oscilações entre os vários pontos temporais. Os resultados confirmam que durante a crise os países europeus não foram afetados da mesma forma em termos de decréscimo do apoio às instituições políticas e que a Espanha, tal como outros países do sul da Europa, foi afetada de forma particularmente dramática (Armingeon & Guthmann, 2013; Torcal 2014).

Figura n.º 4.4. - Percentagem de cidadãos com avaliações mais negativas do funcionamento da democracia



Fonte: ESS 4 (2008), 5 (2010), 6 (2012) e 7 (2014). Nota: Percentagem de inquiridos com posições 0-3 numa escala de 0 (extremamente insatisfeito) a 10 (extremamente satisfeito)

Figura n.º 4.5. - Percentagem de cidadãos com avaliações negativas da situação política



Fonte: Barómetros de Opinião do CIS de dezembro de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016.

A par disso, as avaliações negativas à situação política em Espanha sobem de forma considerável. Entre 2008 e 2014, as opiniões desfavoráveis à situação política vivida no país aumentam de 36,9% para 84,1%. O período em se regista um crescimento acentuado dos níveis de insatisfação com a democracia e das avaliações desfavoráveis à situação política coincide também com o período de governação do PP. Em suma, o aumento acentuado dos níveis de desconfiança nas instituições políticas e das avaliações do desempenho das suas instituições coincide com o período em que começam a ser adotadas medidas de austeridade pelo governo do PSOE, que são posteriormente reiteradas pelo governo do PP. As mesmas políticas adotadas pelos partidos de governo podem ter criado a perceção entre os cidadãos que a alternância democrática não dá resposta às reivindicações do eleitorado. A existir essa perceção, a deterioração das avaliações ao desempenho das instituições pode ter feito sentir-se a um nível de apoio mais difuso, nomeadamente nos níveis de satisfação com o funcionamento da democracia e nas avaliações da situação política. A diminuição do apoio às instituições políticas a um nível mais difuso poderá antecipar que os cidadãos mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia e com a situação política tenham transferido o seu voto dos partidos tradicionais para os partidos emergentes. Essa análise será feita no próximo, e último, capítulo da investigação.

CAPÍTULO V – APOIO POLÍTICO E VOTO EM ESPANHA

Este último capítulo trata da análise dos determinantes do voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all. A análise divide-se em duas partes. Na primeira, com base na argumentação teórica apresentada sobre a relação entre o apoio às instituições políticas e o comportamento eleitoral, testam-se os efeitos da confiança nas instituições políticas, da satisfação com o funcionamento da democracia e das avaliações à situação política sobre o voto. A segunda parte testa se os efeitos dessas variáveis se mantêm significativos depois de introduzidas algumas variáveis de controlo (avaliações da economia, ideologia e grau de religiosidade), e os efeitos individuais destas.

A introdução dessas variáveis justifica-se por serem consideradas das mais relevantes na explicação do comportamento do eleitorado em Espanha ao longo do tempo. O modelo suporta-se numa regressão logística, uma vez que o voto foi transformado em duas variáveis dicotómicas (0 = voto no PP e PSOE; 1 = voto no Unidos Podemos); (0 = voto no PP e PSOE; 1 = voto no Ciudadanos).

5.1. A confiança política, a satisfação com o funcionamento da democracia, as avaliações políticas e o voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos

Numa primeira análise, verifica-se que, embora significativo, o modelo tem baixo poder explicativo para o Unidos Podemos ($\chi^2(5) = 90,386$, $p < 0,001$; $R^2N = 0,100$), sendo sobretudo reduzido para o Ciudadanos ($\chi^2(5) = 15,510$, $p < 0,01$; $R^2N = 0,016$). Mas tendo em consideração que algumas variáveis mantêm a significância na explicação do voto, sobretudo no Unidos Podemos, depois de introduzidas as variáveis de controlo, entende-se que é adequado mantê-las no modelo de análise. Afinal, fazendo uma leitura mais geral, deteta-se que a deterioração dos níveis de apoio político tem efeitos significativos sobre o voto no Unidos Podemos, por comparação com o PP e o PSOE. No caso do Ciudadanos, apenas a confiança nos partidos tem um efeito significativo no voto neste partido. Esta variável é a única que tem efeitos significativos na explicação do apoio aos dois partidos.

Fazendo uma análise individual ao conjunto de hipóteses relativo aos efeitos das variáveis de apoio político sobre o voto, constata-se que a hipótese respeitante à confiança nas instituições (H1) é confirmada apenas parcialmente. A expectativa é que o eleitorado com menores níveis de confiança nas instituições políticas apresente maior propensão para votar no Unidos Podemos ou no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all. A confiança no parlamento tem um efeito significativo e negativo sobre o voto no Unidos Podemos ($B = -0,107$, $\chi^2_{Wald}(1) = 4,867$, $p < 0,05$). Este resultado confirma a expectativa de que o eleitorado com menores níveis de confiança no Parlamento tem maior propensão para votar no Unidos Podemos, por comparação com os dois partidos catch-all. No caso do Ciudadanos, a confiança nos partidos é a variável que exerce os efeitos esperados sobre o voto neste partido. Quanto menores os níveis de confiança do eleitorado nos partidos, maior é a propensão para votar no Ciudadanos, comparando com o PP e o PSOE ($B = -0,094$, $\chi^2_{Wald}(1) = 4,977$, $p < 0,05$). No caso do voto no Unidos Podemos, ao contrário das expectativas, os efeitos da confiança nos partidos sobre o voto, embora significativos, são positivos. O que significa que os eleitores com maiores níveis de confiança nos partidos têm maior propensão para votar no Unidos Podemos, por comparação com os partidos tradicionais. Este resultado pode sugerir que a institucionalização partidária do Podemos, depois das eleições europeias de 2014, assim como o facto de o partido ter obtido representação parlamentar nas eleições gerais de 2015, produziu uma ligeira melhoria nos níveis de confiança nos partidos entre o seu eleitorado. Em termos de confiança na justiça, o efeito desta variável não é significativo sobre o voto, quer para o Unidos Podemos, quer para o Ciudadanos,

Em relação às variáveis incluídas numa dimensão mais difusa de apoio às instituições políticas, constata-se que a satisfação com o funcionamento da democracia produz um efeito significativo e negativo sobre o voto no Unidos Podemos, por comparação com o PP e o PSOE ($B = -0,169$ χ^2 Wald (1)=20,736, $p < 0,001$). Este resultado vai ao encontro da expectativa de que quanto maiores os níveis de insatisfação com o funcionamento da democracia do eleitorado, maior é a propensão para votar no Unidos Podemos, por comparação com os partidos catch-all. Logo a H2 confirma-se no caso do voto no Unidos Podemos. A expectativa de que o eleitorado com avaliações mais negativas da situação política tem maior propensão para votar no Unidos Podemos, por comparação com os partidos catch-all, também se confirma ($P = -0,393$, χ^2 Wald (1)=16,072, $p < 0,001$). Assim, os resultados também corroboram a H3 no caso do voto no Unidos Podemos. No caso do Ciudadanos, a satisfação com o funcionamento da democracia e a avaliação da situação política não são significativas na explicação do voto. Logo, a H2 e a H3 são rejeitadas para o Ciudadanos.

Quadro n.º 5.1 – Determinantes de apoio político no voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos, por comparação com o PP e o PSOE.

Variáveis Independentes	Voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos	
	Unidos Podemos	Ciudadanos
	B (S.E.)	B (S.E.)
Satisfação com funcionamento da democracia	- 0,169 (0,037) ***	0,019 (0,034)
Confiança no Parlamento	- 0,107 (0,048) *	-0,036 (0,042)
Confiança nos Partidos	0,113 (0,049) *	-0,094 (0,042) *
Confiança na Justiça	-0,057 (0,037)	0,010 (0,031)
Situação política	-0,393 (0,098) ***	-0,050 (0,084)
	χ^2 (5) = 90,386 ***	χ^2 (5) = 15,510 **
	$R^2_N = 0,100$	$R^2_N = 0,016$

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$

Fonte: Inquérito pós-eleitoral das eleições de 2016 do CIS

Fazendo uma leitura global deste bloco de variáveis, estes resultados sugerem que a degradação dos níveis mais difusos de apoio político, medidos pela satisfação com o funcionamento da democracia e pelas avaliações da situação política, fez com que o eleitorado mais insatisfeito com o desempenho das instituições tenha rejeitado votar nos dois partidos que têm assumido a governação de Espanha nas últimas décadas e optado por apoiar o Unidos Podemos. A mesma leitura não pode ser feita para o Ciudadanos, porque a maioria das variáveis não é significativa na explicação do apoio do eleitorado ao partido liderado por Albert Rivera, por comparação com o PP e o PSOE. Assim, pode concluir-se que, por comparação com os apoiantes do Unidos Podemos, o eleitorado do Ciudadanos, nesta dimensão de análise, tem um perfil atitudinal mais semelhante ao do PP e do PSOE. Ainda assim, confirma-se que o eleitorado com menores níveis de confiança nos partidos políticos tem maior propensão para votar no Ciudadanos, por comparação com o PP e o PSOE.

Quadro n.º 5.2. - Determinantes do voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos, por comparação com o PP e o PSOE.

Variáveis Independentes	Voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos	
	Unidos Podemos	Ciudadanos
	B (S.E)	B (S.E.)
Satisfação com o funcionamento da democracia	- 0,123 (0,040) **	0,023 (0,035)
Confiança no Parlamento	- 0,105 (0,052) *	-0,038 (0,043)
Confiança nos Partidos	0,134 (0,054) *	-0,091 (0,043) *
Confiança na Justiça	- 0,023 (0,041)	0,009 (0,032)
Situação Política	-0,131(0,127)	-0,087 (0,094)
Variáveis de Controlo		
Avaliação sociotrópica da economia	0,175 (0,134)	-0,173 (0,100)
Avaliação sociotrópica retrospectiva da economia	0,156 (0,100)	0,038 (0,081)
Avaliação sociotrópica prospetiva da economia	0,179 (0,134)	0,089 (0,107)
Ideologia	-0,636 (0,060) ***	0,048 (0,037)
Religião	-0,255 (0,085) **	- 0,243 (0,064) ***
Constante	- 0,299 (0,789)	-1,104 (0,624)
	χ^2 Modelo (10) = 339,910 ***	χ^2 Modelo (10) = 35,214 ***
	χ^2 Bloco (5) = 249,524 ***	χ^2 Bloco (5) = 19,704 **
	$R^2_N = 0,347$	$R^2_N = 0,035$

* p<0,05; ** p<0,01; *** p<0,001

Fonte: Barómetro pós-eleitoral do CIS 2016

Introduzidas as variáveis de controlo, a qualidade do modelo melhora e torna-se moderada na explicação do voto do Unidos Podemos (χ^2 (10) = 339,910, $p < 0,001$; $R^2_N = 0,347$), continuando a ser muito baixa no caso do Ciudadanos (χ^2 (10) = 35,214, $p < 0,001$; $R^2_N = 0,035$). Depois de o modelo incluir as variáveis respeitantes às avaliações económicas, à ideologia e à religiosidade, é reforçada a expectativa de que, quanto menor é a satisfação do eleitorado com o funcionamento da democracia, maior é a propensão para votar no Unidos Podemos, por comparação com os partidos catch-all ($B = -0,123$, χ^2 Wald (1) = 9,407, $p < 0,01$). Quanto à confiança no parlamento, esta variável continua a ser significativa e produz um efeito negativo sobre o voto no Unidos Podemos ($B = -0,105$, χ^2 Wald (1) = 4,041, $p < 0,05$). Estes resultados reforçam a expectativa teórica de que o eleitorado com menores níveis de confiança no Parlamento tem maior propensão para votar no Unidos Podemos, por comparação com o PSOE e o PP. No que respeito à avaliação da situação política, os efeitos desta variável deixam de ser significativos sobre o apoio eleitoral a esta coligação depois de introduzidas as restantes variáveis no modelo. Assim, a expectativa de que o eleitorado que avalia de forma mais negativa a situação política espanhola tem maior tendência para votar no Unidos Podemos, em comparação com o PP e o PSOE, não se mantém quando se adicionam as variáveis de controlo. Logo, por este conjunto de resultados, a H4 é confirmada apenas parcialmente no caso do Unidos Podemos. No caso do Ciudadanos, o efeito da confiança nos partidos continua a exercer um efeito significativo e

negativo sobre o voto. ($B=-0,091$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1)=4,474$, $p<0,05$). Este resultado corrobora a expectativa de que o eleitorado com menores níveis de confiança no parlamento, tem maior propensão para votar no Ciudadanos, por comparação com o PP e o PSOE. No entanto, uma vez que as restantes variáveis não são significativas, a H4 confirma-se muito parcialmente.

No que diz respeito variáveis que medem o peso do voto económico sobre o apoio partidário, os efeitos das avaliações sociotrópicas, das avaliações retrospectivas e das avaliações prospetivas não são significativos na explicação do voto, quer no caso do Unidos Podemos, quer no caso do Ciudadanos. Estes resultados contrariam os pressupostos teóricos de que o eleitorado que avalia de forma negativa a situação da economia, quer prospetiva, quer retrospectivamente, tem maior propensão para votar no Unidos Podemos e no Ciudadanos, por comparação com os partidos catch-all. Assim, a H7, a H8 e a H9 são rejeitadas.

Em relação à ideologia, que é medida através do auto-posicionamento do eleitorado numa escala esquerda/direita, os resultados vão ao encontro das expectativas teóricas. Quanto mais o eleitorado se posiciona à esquerda, maior é a propensão de votar no Unidos Podemos, por comparação com os partidos catch-all ($B=-0,636$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1)=112,837$, $p<0,001$). Assim, a H5 é confirmada. Quanto à religião, que é medida pela frequência a cerimónias religiosas, produz um efeito significativamente negativo sobre o voto, quer no Podemos ($B=-0,225$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1)=7,010$, $p<0,01$), quer no Ciudadanos ($B=-0,243$, $\chi^2_{\text{Wald}}(1)=14,573$, $p<0,001$), comparando novamente com os dois partidos catch-all. Estes resultados confirmam a previsão de que os eleitores com menores níveis de religiosidade têm maior propensão para votar no Unidos Podemos e no Ciudadanos, por comparação com o PP e o PSOE. Assim, a H6 é confirmada para as duas forças partidárias.

Ao fazer-se uma leitura global dos resultados, constata-se que a ideologia é o preditor mais robusto para explicar o voto no Unidos Podemos, por comparação com os partidos catch-all. Embora modestos, os efeitos da religião sobre o voto neste partido também são relevantes. Analisando o conjunto das variáveis do modelo, os resultados sugerem que o declínio dos níveis de satisfação com o funcionamento da democracia e de confiança no parlamento, conjugados com os efeitos produzidos pela ideologia e pela religião, foi determinante no apoio dos eleitores ao Unidos Podemos, comparativamente com o PP e o PSOE. No caso do Ciudadanos, a religião assume-se como o preditor mais robusto na explicação do voto nesta força partidária. Os efeitos produzidos pelo declínio da confiança nos partidos políticos, apesar de significativos, são bastante baixos. Por isso, de certo modo, o argumento desta tese confirma-se no caso do Unidos Podemos. A acentuada deterioração da confiança nas instituições políticas e das avaliações ao funcionamento da democracia ocorrida após o deflagrar da crise económica, conjugada com os tradicionais efeitos da ideologia e da religião sobre o voto, produziram uma rejeição do eleitorado aos partidos tradicionais a favor do Unidos Podemos.

CONCLUSÃO

Este estudo tinha um duplo propósito descritivo e dois grandes desideratos explicativos. Em termos descritivos, pretendia-se, em primeiro lugar, demonstrar que ocorreu uma alteração do formato do sistema partidário espanhol e defender que este entrou numa nova fase, que coloca um termo ao bipartidarismo. Em segundo, o ensejo era evidenciar como os níveis de apoio político sofreram um drástico declínio em Espanha em comparação com outros países Europeus. Em termos explicativos, o primeiro objetivo era demonstrar que a erosão da confiança nas instituições políticas e da satisfação com o funcionamento da democracia e o aumento das avaliações negativas à situação política espanhola tiveram efeitos significativos sobre o voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos, por comparação com o PP e o PSOE. O segundo intento era analisar o efeito destas variáveis depois de introduzidos como controlo os tradicionais preditores do voto em Espanha, cujos efeitos também foram medidos e analisados. Para o efeito, este estudo testou 9 hipóteses, a fim compreender quais os fatores que permitiram que o Podemos e o Ciudadanos mantivessem nas eleições gerais de 2016 os expressivos resultados eleitorais já alcançados nas legislativas de 2015.

A vertente descritiva desta pesquisa mostra, em primeiro lugar, através da análise dos níveis de fragmentação do sistema partidário espanhol, que houve uma alteração do seu formato e que este, em resultado das eleições legislativas de 2015 e de 2016, deixou de ter um formato bipartidário. Além disso, a volatilidade eleitoral registada nas eleições de 2015 mostra que houve uma transferência do voto bastante acima da média. A volatilidade eleitoral diminuiu consideravelmente nas eleições de 2016, o que sugere que houve uma estabilização do realinhamento verificado em 2015. No entanto, dado o curto espaço temporal que separa a realização das duas últimas eleições legislativas em Espanha, não é ainda possível concluir que o sistema partidário espanhol tenha evoluído, em definitivo, para o multipartidarismo.

Esta investigação mostra, ainda, que se verificou um declínio bastante acentuado nos níveis de confiança nas instituições políticas e um crescimento, também bastante pronunciado, da insatisfação com o desempenho geral da democracia. Os níveis de confiança nas instituições políticas e de satisfação com o funcionamento da democracia situam-se, em Espanha, bem abaixo da média europeia, confirmando que, apesar da crise internacional, o declínio da confiança política não foi um fenómeno uniforme nos vários países europeus (Torcal 2014).

A análise explicativa mostra que a ideologia é o preditor mais forte do voto no Unidos Podemos, por comparação com os partidos catch-all. No caso do Ciudadanos, a ideologia não produz efeitos sobre o voto neste partido, comparando com o PP e o PSOE. O que significa que o voto no partido liderado por Albert Rivera não se distingue ideologicamente do voto nos partidos catch-all espanhóis. Em relação à religião, os resultados mostram que o eleitorado menos religioso tem maior probabilidade de votar no Unidos Podemos e no Ciudadanos. Sendo este resultado natural para o Unidos Podemos, como coligação que junta dois partidos de esquerda, a maior propensão para os

eleitores menos religiosos votarem no Ciudadanos mostra que as posições adotadas por este partido em matérias como o aborto e a eutanásia tiveram a capacidade de captar um eleitorado mais secularizado do que o do PP e mais afastado deste partido ao nível dos costumes.

Esta análise mostra ainda que o eleitorado que menos confia no parlamento e que mostra maior insatisfação com o funcionamento da democracia tem maior propensão para votar no Unidos Podemos, mesmo depois de introduzidas as variáveis de controlo. Estes resultados reforçam que a erosão da confiança nas instituições políticas e a deterioração da avaliação do desempenho do sistema democrático tiveram influência no voto no Unidos Podemos e na perda de apoio eleitoral por parte dos dois partidos tradicionais. O declínio da confiança nos partidos políticos também contribuiu, embora de forma modesta, para a rejeição dos partidos tradicionais por parte do eleitorado a favor do Ciudadanos. Estes resultados confirmam que o declínio da confiança política faz aumentar a propensão do eleitorado para rejeitar os partidos tradicionais a favor de terceiros partidos (Bélanger e Nadeau 2005 Hooghe, Marien e Pauwels 2011).

O voto no Unidos Podemos pode ser ainda entendido como uma forma de o eleitorado exprimir a sua insatisfação com o funcionamento da democracia. Ou seja, os democratas insatisfeitos espanhóis podem ter encontrado no Unidos Podemos um veículo de representação política para as suas reivindicações de reforma do sistema, de acordo com a interpretação que Klingemann (1999) faz do papel desempenhado no sistema político por esses cidadãos. Esta leitura pode ser feita à luz do processo fundador do Podemos, cuja origem remonta ao movimento 15-M, que deu voz ao descontentamento popular com o funcionamento das instituições políticas espanholas durante a crise em Espanha. A fundação do Podemos resulta precisamente de um movimento que quis institucionalizar politicamente as reivindicações de parte do eleitorado que não se sentia representado politicamente em Espanha pelos partidos tradicionais. E a literatura mostra que os entraves institucionais à representação dos interesses do eleitorado através dos tradicionais canais de representação política favorecem o aparecimento e a afirmação eleitoral de novos partidos (Kitschelt 1988). Este argumento pode ser reforçado se tivermos em consideração que o aumento da perceção das elites políticas como não responsivas às reivindicações dos cidadãos é a grande causa do aumento da desconfiança política em Espanha (Torcal 2014). Ao contrário das análises que encontram na deterioração das condições económicas o principal motivo para que eleitorado transfira o seu voto para partidos não tradicionais, esta pesquisa sustenta que a acentuada degradação da economia em Espanha durante a crise não explica, por si só, a rejeição dos partidos tradicionais. A crise veio exponenciar a perceção de que as instituições políticas não dão resposta às reivindicações do eleitorado. E essa perceção acentuou a insatisfação com o funcionamento da democracia e a erosão da confiança nas instituições. O resultado não foi apenas a punição do partido incumbente nas urnas. O acentuar da desconfiança política e da insatisfação com o funcionamento da democracia traduziu-se na rejeição dos partidos de poder por parte de algumas franjas do eleitorado.

BIBLIOGRAFIA

- Alesina, Alberto e Romain Wacziarg (2000), “The Economics of Civic Trust”, em Susan J. Pharr e Robert D. Putman (eds.), *Disaffected Democracies: What's troubling the trilateral countries?*, Princeton, Princeton University Press;
- Armingeon, Klaus (2012), “The politics of fiscal responses to the crisis of 2008-2009”, *Governance*, 25 (4): pp. 543-565;
- Armingeon, Klaus e Kai Guthmann (2013), “Democracy in crisis? The declining support for national democracy in european countries, 2007-2011”, *European Journal of Political Research*, 53 (3): pp. 423-442;
- Bar, António (1984), “The emerging Spanish party system: Is there a model?”, *West European Politics*, 7 (4): pp. 128-155;
- Bartolini, Stefano e Peter Mair (1990), *Identity, Competition, and Electoral Availability: The Stabilization of European Electorates 1885-1985*, Cambridge, Cambridge University Press;
- Bélanger, Éric. e Richard Nadeau (2005), “Political trust and the vote in multiparty elections: The Canadian case”, *European Journal of Political Research*, 44 (1): pp. 121-146;
- Belchior, Ana Maria (2015), *Confiança nas Instituições Políticas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos;
- Bell, Daniel (1964 [1960]), *El Fin de las Ideologías*, Madrid, Editorial Tecnos;
- Bosco, Anna e Susannah Verney (2012), “Electoral Epidemic: The Political Cost of Economic Crisis in Southern Europe, 2010-11”, *South European Society and Politics*, 17 (2): pp. 129-154;
- Caciagli, Mario (1984), “Spain: Parties and the party system in the transition”, *West European Politics*, 7 (2): pp. 84-98;
- Castañeda, Ernesto (2012), “The Indignados of Spain: a Precedent to occupy Wall Street”, *Social Movement Studies*, 11(3-4): pp. 309-319;
- Catterberg, Gabriela e Alejandro Moreno (2005), “The individual bases of political trust: Trends in new and established democracies”, *International Journal of Public Opinion Research*, 18 (1): pp. 31-48;
- Citrin, Jack (1974), “Comment: The Political Relevance of Trust in Government”, *The American Political Science Review*, 68 (3): pp. 973-988;
- Cordero, Guillermo e Pablo Simón (2015) “Economic Crisis and Support for Democracy in Europe”, *West European Politics*, doi:10.1080/01402382.2015.1075767;
- Dalton, Russell J. (1999), “Political Support in Advanced Industrial Democracies”, em Pippa Norris (ed.), *Critical Citizens : Global Support for Democratic Government*, Oxford, Oxford University Press;
- Dalton, Russell J. (2000), “Value Change and Democracy”, em Susan Pharr and Robert Putman (eds.), *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?*, Princeton, Princeton University Press;
- Dalton, Russell J. (2002). “Political cleavages, issues, and electoral change”, em Lawrence Le Duc, Richard G. Niemi e Pippa Norris (eds.), *Comparing Democracies 2. New Challenges in the Study of Elections and Voting*, Thousand Oaks, CA, Sage Publications;
- Dalton, Russell J. (2004), *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press;
- Dalton, Russell J. (2005), “The social transformation of trust in government”, *International Review of Sociology*, 15 (1): pp. 133-154;

- Dalton Russell J., Paul Allen Beck., Scott C. Flanagan (1984), "Electoral Change in Advanced Industrial Democracies", em Russell J. Dalton, Scott C. Flanagan e Paul Allen Beck (eds.), *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies. Realignment or Dealignment?*, Princeton, Princeton University Press;
- De Graaf, Nan Dirk, Giedo Jansen e Ariana Need (2013), "The Political Evolution of Class and Religion. An Interpretation for Netherlands", em Geoffrey Evans e Nan Dirk de Graaf (eds.), *Political Choices Matters: Explaining the Strength of Class and Religious Cleavages in Cross-National Perspective*, Oxford, Oxford University Press;
- Dogan, Mattei (2001), "Class, Religion, Party: Triple Decline of Electoral Cleavages in Western Europe", em Lauri Karvonen e Stein Kuhnle (eds.), *Party Systems and Voter Alignments Revisited*, New York, Routledge Press;
- Clark, Terry Nichols e Seymour Martin Lipset (1991), "Are Social Classes Dying?", *Internacional Sociology*, 6 (4): pp. 397-510;
- Clarke, Harold D., Nitish Dutt e Allan Kornberg (1993), "The Political Economy of Attitudes toward Polity and Society in Western European Democracies", *The Journal of Politics*, 55 (4): pp. 998-1021;
- Clarke, Harold D. e Marianne C. Stewart (1994), "Prospections, Retrospections, and Rationality: The "Bankers" Model of Presidential Approval Reconsidered", *American Journal of Political Science*, 38 (4): pp. 1104-1123;
- Colomé, Gabriel e Lourdes López Nieto (1998), "The Spanish Political Parties from fragmentation to bipolar concentration", em Piero Ignazi e Colette Ysmal (eds.), *The Organization of Political Parties in Southern Europe*, Westport, Praeger;
- Cordero, Guillermo e Montero, José Ramón (2015), "Against Bipartyism, Towards Dealignment? The 2014 European Election in Spain", *South European Society and Politics*, doi:10.1080/13608746.2015.1053679;
- Crozier, Michel, Samuel P. Huntington e Jōji Watanuki (1975), *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*, New York, New York University Press;
- Easton, David (1975), "A Re-Assessment of the Concept of Political Support", *British Journal of Political Science*, 5 (4): pp. 435-457;
- Ezrow, Lawrence e Georgios Xezonakis (2014), "Satisfaction with democracy and voter turnout: A temporal perspective", *Party Politics*, doi: 10.1177/1354068814549335;
- Fernández-Villaverde, Jesus, Luis Garicano, e Tano Santos (2013). "Political credit cycles: the case of the Euro Zone", *Journal of Economic Perspectives*, 27 (3): pp. 145-166;
- Frailé, Marta e Michael S. Lewis-Beck (2010), "Economic voting in Spain: A 2000 panel test", *Electoral Studies*, 29 (2): pp. 210-220;
- Frailé, Marta e Michael S. Lewis-Beck (2014), "Economic vote instability: Endogeneity or restricted variance? Spanish panel evidence from 2008 and 2011", *European Journal of Political Research*, pp. 53 (1): pp. 160-179;
- Franklin, Mark N. (1984), "How The Decline of Class Voting Opened the Way to Change in British Politics", *British Journal of Political Science*, 14(4): pp. 483-508;
- Franklin, Mark N. (1992). "The Decline of Cleavage Politics", em Mark N. Franklin, Thomas Mackie, Henry Valen et al., *Electoral change: Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*, New York, Cambridge University Press;
- Fuchs, Dieter, Giovanna Guidorossi e Palle Svensson (1995), "Support for democratic system", em Hans-Dieter Klingemann e Dieter Fuchs (eds.), *Citizens and the State*, Oxford: Oxford: Oxford University Press;

- Gallagher, Michael (1991), "Proportionality, disproportionality and electoral systems", *Electoral Studies*, 10 (1): pp. 33-51;
- García, Marisol (2010), "The breakdown of the Spanish urban growth model: social and territorial effects of the global crisis", *International Journal of Urban and Regional Research*, 34 (4): pp. 967-980;
- Gunther, Richard (2005), "Parties and Electoral Behavior in Southern Europe", *Comparative Politics*, 37 (3): pp. 253-275;
- Gunther, Richard e José Ramón Montero (2001), "The anchors of partisanship: a comparative analysis of voting behaviour in four Southern European democracies", em P. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther (eds.), *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*, Baltimore, John Hopkins University Press;
- Gunther, Richard e José Ramón Montero (2009), *The Politics of Spain*, Cambridge: Cambridge University Press;
- Hetherington, Marc J. (1999), "The Effect of Political Trust on the Presidential Vote, 1968-96". *The American Political Science Review*, 93 (2): pp. 311-326;
- Hobolt, Sara B. e James Tilley (2016), "Fleeing the centre: the rise of challenger parties in the aftermath of the euro crisis", *West European Politics*, 39(5): pp. 971-991;
- Holmberg, Sören (1999). "Down and down we go: Political trust in Sweden", em Pippa Norris (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, Oxford, Oxford University Press;
- Hooghe, Marc, Sofie Marien e Teun Pauwels (2011), "Where Do Distrusting Voters Turn if There is No Viable Exit or Voice Option? The Impact of Political Trust on Electoral Behaviour in the Belgian Regional Elections of June 2009", *Government and Opposition*, 46 (2): pp. 245-273;
- Huntington, Samuel P. (1975), "The democratic distemper", *Public Interest*, 41, pp. 9-38;
- Inglehart, Ronald (1974), *The Silent Revolution*, Princeton, Princeton University Press;
- Inglehart, Ronald (1984), "The Changing Structure of Political Cleavages in Western Society", em Russell J. Dalton, Scott C. Flanagan, Paul Allen Beck (eds.), *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies: Realignment or Dealignment?*, Princeton, Princeton University Press;
- Inglehart, Ronald (1990), *Culture Shift in Advanced Industrial Society*, Princeton, Princeton University Press;
- Inglehart, Ronald e Jacques-René Rabier (1986), "Political Realignment in Advanced Industrial Society: From Class-Based Politics to Quality-of-Life Politics", *Government and Opposition*, 21 (4): pp. 456-479;
- Inglehart, Ronald e Scott C. Flanagan (1987), "Value Change in Industrial Societies", *The American Political Science Review*, 81(4): 1289-1319;
- Jansen, Giedo, Geoffrey Evans e Nan Dirk de Graaf, (2013), "Class Voting and Left-Right Party Positions. Comparative Study of Fifteen Western Democracies, 1960-2005", em Geoffrey Evans e Nan Dirk de Graaf (eds.), *Political Choice Matters: Explaining the Strength of Class and Religious Cleavages in Cross-National Perspective*, Oxford, Oxford University Press;
- Kaase, Max e Kenneth Newton (1995), *Beliefs in Government*, New York, Oxford University Press;
- Kickert, Walter e Tamyko Ysa (2014), "New development: How the Spanish government responded to the global economic, banking and fiscal crisis", *Public Money & Management*, 34: (6): pp. 453-457;
- King, David (1997), "The polarization of american parties and mistrust in government", em Joseph Nye, Philip Zelikow e David King, *Why People Don't Trust Government* (eds.), Cambridge, Harvard University Press;
- Kirchheimer, Otto (1966), "The Transformation of the Western European Party System." em Joseph La Palombara e Myron Weiner (eds), *Political Parties and Political Development*, Princeton, Princeton University Press;

- Kitschelt, Herbert P. (1988), "Left-libertarian parties: explaining innovation in competitive party systems", *World Politics*, 40 (2): pp. 194-234;
- Klingemann, Hans-Dieter (1999), "Mapping Political Support in the 1990's", em Pippa Norris (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, Oxford: Oxford University Press;
- Klingemann, Hans-Dieter (2014), 'Dissatisfied democrats: evidence from old and new democracies', em Russel J. Dalton e Christian Welzel (eds.), *The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens*, Cambridge University Press, Cambridge;
- Klingemann, Hans-Dieter e Dieter Fuchs (eds.) (1995), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press;
- Kriesi, Hanspeter (1998), "The transformation of cleavage politics. The 1997 Stein Rokkan lecture", *European Journal of Political Research*, 33 (2): pp. 165-185;
- Laakso, Markku e Rein Taagepera (1979), "Effective number of parties: a measure with application to West Europe", *Comparative Political Studies*, 12 (1): pp. 3-27;
- Lane, Robert E. (1965), "The politics of consensus in an age of affluence", *The American Political Science Review*, 59(4): pp. 874-95;
- Lewis-Beck, Michael S. (1986), "Comparative economic voting: Britain, France, Germany, Italy", *American Journal of Political Science*, 30 (2): pp. 315-346;
- Linz, Juan J. e José Ramón Montero (2003), "The Party Systems of Spain: Old Cleavages and New Challenges", em Lauri Karvonen and Stein Kuhnle (eds.), *Party Systems and Voter Alignments Revisited*, London e New York, Routledge;
- Lipset, Seymour Martin e Stein Rokkan (1967), "Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction", em Seymour Martin Lipset, Stein Rokkan (eds.), *Party systems and voter alignments: crossnational perspectives*, New York, Free Press;
- Listhaug, Ola (1995), "The Dynamics of trust in politicians", em Hans-Dieter Klingemann e Dieter Fuchs (eds.), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press;
- Listhaug, Ola e Matti Wiberg (1995), "Confidence in political and private institutions", em Hans-Dieter Klingemann e Dieter Fuchs (eds.), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press;
- MacKuen, Michael B., Robert S. Erikson e James A. Stimson (1992), "Peasants or Bankers? The American Electorate and the U.S. Economy", *American Political Science Review*, 86 (3): pp. 597-611;
- Maguire, Maria (1983), "Is There Still Persistence? Electoral Change in Western Europe, 1948-1979", em Hans. Daalder e Peter Mair (ed.). *Western European Party Systems: Continuity & Change*, London, Sage;
- Mair, Peter (1997), *Party System Change: Approaches and Interpretations*, New York, Oxford University Press;
- Mair, Peter (2011), "Bini Smaghi vs. the parties: representative government and institucional constraints", Robert Schuman Centre for Advanced Studies and EU Democracy Observatory, EUI working paper no. 23 2011/22, Florence, European University Institute;
- Maravall, José María e Adam Przeworski (1999), "Reacciones políticas a la economía", *Reis*, 87: pp. 11-52;
- Maroco, João (2007), *Análise Estatística*, Lisboa, Edições Sílabo;
- McAllister, Ian (1999), "The economic performance of governments", em Pippa Norris (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, Oxford, Oxford University Press;
- Medina, Lucía (2015), "From recession to long-lasting political crisis? Continuities and changes in Spanish politics in times of crisis and austerity", Working Paper nº. 334, Barcelona, Institut de Ciències Polítiques i Socials Universitat Autònoma de Barcelona;

- Miller, Arthur H. (1974), "Political issues and trust in Government", *The American Political Science Review*, 68 (3): pp. 951-972;
- Miller, Arthur H. e Ola Listhaug (1998), "Policy Preferences and political distrust: a comparison of Norway, Sweden and the United States", *Scandinavian Political Studies*, 21 (2): pp. 161-187;
- Montero, José Ramón (1998), "Stabilising the democratic order: Electoral behaviour in Spain", *West European Politics*, 21 (4): pp. 53-79;
- Montero, José Ramón e Kerman Calvo (2000). "An Elusive Cleavage? Religiosity and Party Choice in Spain", em David Broughton e Hans-Martien ten Naipel (eds.), *Religion and Mass Electoral Behaviour in Europe*, London, Routledge;
- Natale, Paolo (2014), "The birth, early history and explosive growth of the Five Star Movement", *Contemporary Italian Politics*, 6 (1): pp. 16-36;
- Nevitte, Neil (2014), "The decline of deference revisited: evidence after twenty-five years", em Russell J. Dalton e Christian Welzel (eds.), *The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens*, Cambridge, Cambridge University Press;
- Nevitte, Neil e Mebs Kanji (2002), "Authority Orientations and Political Support: A Cross-national Analysis of Satisfaction with Governments and Democracy", *Comparative Sociology*, 1(3): pp. 387-412;
- Newton, Kenneth e Pippa Norris (2000), "Confidence in Public Institutions: Faith, Culture or Performance?", em Susan Pharr and Robert Putman (eds.), *Disaffected Democracies: What's Troubling the Trilateral Countries?*, Princeton: Princeton University Press;
- Nieuwbeerta, Paul e Nan Dirk de Graaf (1999), "Traditional class voting in 20 postwar societies", em Geoffrey Evans (ed.) *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*, Oxford, Oxford University Press;
- Norris, Pippa (ed.) (1999), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, Oxford, Oxford University Press;
- Norris, Pippa. (1999a), "Conclusion: The growth of critical citizens and its consequences", em Pippa Norris (ed.), *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*, Oxford, Oxford University Press;
- Norris, Pippa (2011), *Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited*, Cambridge, Cambridge University Press;
- Nye, Joseph S., Philip D. Zelikow e David C. King (1997), *Why People Don't Trust in Government*, Cambridge, Harvard University Press;
- Oriols, Lluís (2013), "Social Class, Religiosity, and Vote Choice in Spain, 1979-2008", em Geoffrey Evans e Nan Dirk de Graaf, *Political Choices Matters: Explaining the Strength of Class and Religious Cleavages in Cross-National Perspective*, Oxford, Oxford University Press;
- Oriols, Lluís e Guillermo Cordero (2016), "The Breakdown of the Spanish Two-Party System: The Upsurge of Podemos and Ciudadanos in the 2015 General Election", *South European Society and Politics*, <http://dx.doi.org/10.1080/13608746.2016.1198454>;
- Pedersen, Mogens N. (1979), "The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility", *European Journal of Political Research*, 7(1): pp. 1-26;
- Pharr, Susan e Robert Putnam (eds.) (2000), *Disaffected Democracies. What's Troubling the Trilateral Democracies*, Princeton, Princeton University Press;
- Polavieja, Javier (2013), "Economic crisis, political legitimacy, and social cohesion", em Duncan Gallie (ed.), *Economic Crisis, Quality of Work and Social Integration: The European Experience*, Oxford, Oxford University Press;

- Putnam, Robert D. (1992), *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Princeton, Princeton University Press;
- Putnam, Robert D. (1995), "Turning in, turning out: the strange disappearance of social capital in America", *Political Science and Politics*, 28 (4): pp. 664-683;
- Putnam, Robert D. (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York, Touchstone Book;
- Rose, Richard. e Derek H. Urwin (1970), "Persistence and Change in Western Party Systems since 1945", *Political Studies*, 18 (3): pp. 287-319;
- Royo, Sebastián (2009), "After the Fiesta: The Spanish Economy Meets the Global Financial Crisis", *South European Society and Politics*, 14 (1): pp. 19-34;
- Sainsbury, Diane (1987), "Class voting and left voting in Scandinavia. The impact of Different Operationalizations of the Working Class", *European Journal of Political Research*, 15 (5): pp. 507-526;
- Sánchez-Cuenca, Ignacio (2014), *La Impotencia Democrática. Sobre la Crisis Política de España*, Madrid, Catarata;
- Sanders, David (2000), "The real economy and the perceived economy in popularity functions: how much do voters need to know? A study of British data, 1974-97", *Electoral Studies*, 19 (2-3): pp. 275-294;
- Sanders, David (2003), "Party identification, economic perceptions, and voting in British general elections, 1974-97", *Electoral Studies*, 22 (2): pp. 239-63;
- Shamir, Michal (1984), "Are Western European Party Systems 'Frozen'?", *Comparative Political Studies*, 17(1): pp. 35-79;
- Sola, Jorge e César Rendueles (2017), "Podemos, the upheaval of Spanish politics and the challenge of populism", *Journal of Contemporary European Studies*, doi:10.1080/14782804.2017.1304899;
- Teixeira, Conceição Pequito, Emmanouil Tsatsanis e Ana Maria Belchior (2014), "Support for democracy in times of crisis: diffuse and specific regime support in Portugal and Greece", *South European Society and Politics*, 19 (4): pp. 501-518;
- Teruel, Juan Rodríguez e Astrid Barrio (2015), "Going National: Ciudadanos from Catalonia to Spain", *South European Society and Politics*, doi:10.1080/13608746.2015.1119646;
- Torcal, Mariano (2014), "The Decline of Political Trust in Spain and Portugal: Economic Performance or Political Responsiveness?", *American Behavioral Scientist*, 58(12): pp.1542- 1567;
- Torcal, Mariano (2014a), "The incumbent electoral defeat in the 2011 spanish electoral elections: the effect of the economic crisis in a ideological polarized party system", *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24 (2): pp. 203-221;
- Tsatsanis, Emmanouil e Eftichia Teperoglou (2014), "Dealignment, De-legitimation and the Implosion of the Two-Party System in Greece: The Earthquake Election of 6 May 2012", *Journal of Elections Public Opinion and Parties*, 24 (2): pp. 222-242;
- Van der Brug, Wouter. (2010), "Structural and Ideological Voting in Age Cohorts", *West European Politics*, 33(3): pp. 568-607;
- Van der Brug, Wouter, Sara Hobolt e Claes de Vreese, (2009), "Religion and Party Choice in Europe", *West European Politics*, 32 (6): pp. 1266-1283;
- Weatherford, M. Stephen (1984), "Economic 'Stagflation' and Public Support for the Political System", *British Journal of Political Science*, 14 (2): pp. 187-205;

- Welzel, Christian e Russell J. Dalton (2014), “From Allegiant to Assertive Citizens”, em Russel J. Dalton e Christian Welzel (eds.), *The Civic Culture Transformed: From Allegiant to Assertive Citizens*, Cambridge: Cambridge University Press;
- Wolinetz, Steven B. (1979), “The transformation of Western European party systems revisited”, *West European Politics*, 2(1): pp. 4-28.

FONTES

- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Estudio n.º 2781, Barómetro de Opinión, dezembro 2008.
Disponível em: http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=8960;
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Estudio n.º 2824, Barómetro de Opinión, dezembro 2009.
Disponível em: http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=9942;
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Estudio n.º 2856, Barómetro de Opinión, dezembro 2010.
Disponível em: http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=10764;
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Estudio n.º 2923, Barómetro de Opinión, dezembro 2011.
Disponível em: http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=12104;
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Estudio n.º 2972, Barómetro de Opinión, dezembro 2012.
Disponível em: http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=13364;
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Estudio n.º 2466, Barómetro de Opinión, dezembro 2013.
Disponível em: http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=14020;
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Estudio n.º 3047, Barómetro de Opinión, dezembro 2014.
Disponível em: http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=14138;
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Estudio n.º 3121, Barómetro de Opinión, dezembro 2015.
Disponível em: http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=14250;
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Estudio n.º 3138, Barómetro de Opinión, maio 2016; Arquivo de dados: MD3138
Disponível em: <http://www.cis.es/cis.es/cis/opencms/ES/formulario.jsp?dwld=/Microdatos/MD3138.zip>;
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Estudio n.º 3145, Inquérito das Eleições Gerais de 2016, julho 2016, Arquivo de dados: MD3145
Disponível em: <http://www.cis.es/cis/opencms/ES/formulario.jsp?dwld=/Microdatos/MD3145.zip>;
- Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), Estudio n.º 3162, Barómetro de Opinión, dezembro 2016.
Disponível em: http://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=14282;
- Emanuele, Vincenzo. (2015), “Dataset of Electoral Volatility and its internal components in Western Europe (1945-2015)”, Rome: Italian Center for Electoral Studies, <http://dx.doi.org/10.7802/1112>;
- European Comission: Eurobarometer 69.2, March-May, 2008, TNS OPINION & SOCIAL, Brussels: GESIS Data Archive: ZA4744, dataset version 5.0.0 (2013);
- European Comission: Eurobarometer 71.3, June-July 2009, TNS OPINION & SOCIAL, Brussels; Gesis Data Archive: ZA4973, dataset version 3.0.0 (2012);
- European Comission: Eurobarometer 74.2, November-Dezember 2010, TNS Opinion & SOCIAL, Brussels; Gesis Data Archive: ZA5449, dataset version 2.2.0 (2013), doi:10.4232/1.11626;
- European Comission: Eurobarometer 76.3, November 2011, TNS OPINION & SOCIAL, Brussels; Gesis Data Archive: ZA5567, data version 2.0.1 (2014), doi:10.4232/1.12007;

European Comission: Eurobarometer 77.3, May 2012, TNS OPINION & SOCIAL, Brussels; Gesis Data Archive: ZA5612, data version 2.0.0 (2015), doi:10.4232/1.12050;

European Comission: Eurobarometer 80.1, November 2013, TNS OPINION & SOCIAL, Brussels; Gesis Data Archive: ZA5876, data version 2.0.0 (2017), doi:10.4232/1.12768;

European Comission: Eurobarometer 82.3, 2014, TNS OPINION & SOCIAL, Brussels; Gesis Data Archive: ZA5932, data version 2.1.0 (2017), doi:10.4232/1.12854;

European Comission: Eurobarometer 83.3, May 2015, TNS OPINION & SOCIAL, Brussels; Gesis Data Archive: ZA5998, data version 1.1.0 (2017), <http://dx.doi.org/10.4232/1.12798>;

European Comission: Eurobarometer 85.2., May 2016, TNS OPINION & SOCIAL; Brussels; Gesis Data Archive: ZA6694, data version 1.1.0 (2017), doi:10.4232/1.12800;

European Social Survey Round 4 Data (2008), Data file edition 4.3. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC;

European Social Survey Round 5 Data (2010), Data file edition 3.2. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC;

European Social Survey Round 6 Data (2012), Data file edition 2.2. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC;

European Social Survey Round 7 Data (2014), Data file edition 2.0. NSD - Norwegian Centre for Research Data, Norway – Data Archive and distributor of ESS data for ESS ERIC;

Gallagher, Michael, 2015. “Election indices dataset”, (Online).
Disponível em: http://www.tcd.ie/Plitical_Science/staff/michael_gallagher/ElSystems/index.php.

ANEXOS

ANEXO A – Posicionamento Ideológico dos Partidos

Anexo A.1. – Percepção do Eleitorado ao Posicionamento ideológico dos Partidos

Quadro A.1. – Mediana da Percepção do Eleitorado ao Posicionamento ideológico dos partidos

		PP	PSOE	Podemos	Ciudadanos	IU
N	Valid	6175	6175	6175	6175	6175
	Missing	0	0	0	0	0
Median		9,00	5,00	2,00	7,00	2,00

Fonte: Inquérito Pós-eleitoral das Eleições Legislativas de 2016 do CIS. Nota: A percepção do eleitorado ao posicionamento ideológico dos partidos é medida numa escala de 1 (posicionamento mais à esquerda) a 10 (posicionamento mais à direita).

ANEXO B – Sistema Partidário

Anexo B.1. – Operacionalização dos indicadores do sistema partidário

Fragmentação do Sistema Partidário $N = \frac{1}{\sum_{i=1}^n p_i^2}$	A fragmentação do sistema partidário é medida através do número efetivo de partidos parlamentares e do número efetivo de partidos eleitorais, segundo a fórmula proposta por Markku Laakso e Rein Taagepera (1979), em que p é a proporção de votos ou de assentos do partido i e em que a soma é efetuada sobre todos os n partidos que obtêm votos ou assentos parlamentares.
Desproporcionalidade do Sistema Eleitoral $LSq = \sqrt{\frac{1}{2} \sum_{i=1}^n (V - A)^2}$	A desproporcionalidade do sistema eleitoral é medida através do método dos mínimos quadrados (LSq), conforme a fórmula proposta por Gallagher (1991, pp. 40-41). A fórmula, cujos resultados poderão variar entre 0 e 100, mede a desproporcionalidade de um determinado sistema eleitoral em cada eleição. A fórmula considera a diferença entre os votos e a proporção de assentos de cada partido, cuja soma é elevada ao quadrado e, posteriormente, dividida por 2. A raiz quadrada deste último valor indica a desproporcionalidade verificada em cada eleição.
Volatilidade Eleitoral Total	A volatilidade eleitoral total de cada eleição é

VT=RegV + AltV + OthV	medido segundo a fórmula proposta por Emanuele (2015). A fórmula é decomposta da seguinte forma: Reg V: Volatilidade eleitoral causada por pela mudança de voto entre partidos que entraram ou saíram do sistema partidário. O critério para a entrada de um partido entrar no sistema partidário é a obtenção de 1% da votação na eleição $t+1$. Considera-se que um partido sai do sistema partidário quando recebe menos de 1% na eleição $t-1$, enquanto nas eleições t recebeu pelo menos 1% dos votos. Alt V: Volatilidade eleitoral causada pela mudança de voto entre partidos existentes, nomeadamente partidos que obtêm pelo menos 1% da votação nas eleições t. OthV: Volatilidade eleitoral causada pela mudança entre partidos que têm menos de 1% dos votos nas eleições $t-1$ e t.
-----------------------	--

Os dados da volatilidade eleitoral total estão publicados e foram esses os dados utilizados (Emanuele 2015). O NEPE e o NEPP foram calculados para as eleições legislativas que compreendem o período de 1977-2016, com base nos resultados oficiais das eleições publicados no site do Ministério do Interior do Governo de Espanha¹⁴, confirmando os dados de publicados por Michael Gallagher, via online. Os dados referentes à desproporcionalidade também estão publicados no site do autor¹⁵.

ANEXO C - O Voto no Unidos Podemos e no Ciudadanos em comparação com o PP e o PSOE

Anexo C.1. – Sumário das Variáveis Independentes e Dependentes

Quadro C.1.1. – Sumário das Variáveis independentes e dependente, Unidos Podemos

	N			Std. Deviation	Minimum	Maximum
	Valid	Missing				
Escala de satisfação (0-10) com o funcionamento da democracia	6007	168	4,54	2,469	0	10
Confiança no parlamento	5763	412	3,79	2,514	0	10
Confiança nos partidos políticos	5962	213	2,88	2,239	0	10

¹⁴ Consultar resultados eleitorais em: <http://www.infoelectoral.mir.es/infoelectoral/min/>

¹⁵ http://www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher/ElSystems/Docts/ElectionIndices.pdf

Confiança no poder judicial	5879	296	3,91	2,569	0	10
Avaliação da situação política	6121	54	3,95	,829	1	5
Avaliação da situação geral da economia	6143	32	3,89	,827	1	5
Avaliação retrospectiva da economia (4 anos)	6054	121	3,20	1,042	1	5
Avaliação prospetiva da economia (depois das eleições)	5022	1153	3,09	,770	1	5
Escala de autoposicionamento ideológico (1-10)	5147	1028	4,61	2,029	1	10
Frequência de cerimónias religiosas	4439	1736	1,84	1,266	1	9
voto recodificado Unidos Podemos	3099	3076	,2627	,44015	0,00	1,00

Quadro C.1.2. - Sumário das variáveis independentes e dependente, Ciudadanos

	N		Mean	Std. Deviation	Minimum	Maximum
	Valid	Missing				
Escala de satisfação (0-10) com o funcionamento da democracia	6007	168	4,54	2,469	0	10
Confiança no parlamento	5763	412	3,79	2,514	0	10
Confiança nos partidos políticos	5962	213	2,88	2,239	0	10
Confiança no poder judicial	5879	296	3,91	2,569	0	10
Avaliação da situação política	6121	54	3,95	,829	1	5
Avaliação da situação geral da economia	6143	32	3,89	,827	1	5
Avaliação retrospectiva da economia (4 anos)	6054	121	3,20	1,042	1	5
Avaliação prospetiva da economia (depois das eleições)	5022	1153	3,09	,770	1	5
Escala de autoposicionamento ideológico (1-10)	5147	1028	4,61	2,029	1	10
Frequência de cerimónias religiosas	4439	1736	1,84	1,266	1	9
Voto Ciudadanos recodificado	2803	3372	,1848	,38821	0,00	1,00

Quadro C.1.3. – Distribuição do voto dos inquiridos (VD), Podemos (1); PP/PSOE (0)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
--	-----------	---------	---------------	--------------------

Valid	PP PSOE	2285	37,0	73,7	73,7
	Podemos	814	13,2	26,3	100,0
	Total	3099	50,2	100,0	
Mis	System	3076	49,8		
sing					
Total		6175	100,0		

Anexo C.2. – A Qualidade dos Modelos de Regressão Logística Binária

**Quadro C.2.1.1. – Inferência sobre o modelo, Bloco 1,
(teste do *chi-square*), Unidos Podemos**

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	90,386	5	
	Block	90,386	5	,000
	Model	90,386	5	,000

Sendo $p < 0,001$, a diferença entre os dois modelos é estatisticamente significativa. Dessa forma, o modelo com as variáveis independentes é significativamente melhor que o modelo sem estas ($\chi^2(5) = 90,386$, $p = 0,000$).

Quadro C.2.1.2. – Sumário do Modelo, Bloco 1, voto, Unidos Podemos

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1209,085 ^a	,057	,100

**Quadro C.2.1.3. – Ajustamento do Modelo aos dados, Bloco 1,
voto Unidos Podemos**

Step	Chi-square	Df	Sig.
1	12,219	8	,142

Os valores estimados estão próximos dos valores observados. Assim, o modelo ajusta-se aos dados ($\chi^2(8) = 12,219$, $p = 0,142$).

Quadro C.2.1.4 – Determinantes do voto no Unidos Podemos, por comparação com PP e PSOE, Bloco 1

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
--	---	------	------	----	------	--------

Step 1 ^a	P6	-,169	,037	20,736	1	,000	,844
	P701	-,107	,048	4,867	1	,027	,899
	P702	,113	,049	5,252	1	,022	1,120
	P703	-,057	,037	2,445	1	,118	,944
	P8	-,393	,098	16,072	1	,000	1,481
	Constant	-2,146	,476	20,350	1	,000	,117

Variáveis: P6 (Satisfação com a democracia), P701 (Confiança no Parlamento), P702 (confiança nos Partidos Políticos), P703 (Confiança na Justiça), P8 (Avaliação da Situação Política).

**Quadro C.2.1.5. - Inferência sobre o modelo (teste do *chi-square*),
Bloco 2, Unidos Podemos**

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	249,524	5	,000
	Block	249,524	5	,000
	Model	339,910	10	,000

Sendo $p < 0,001$, a diferença entre os dois modelos é estatisticamente significativa. Dessa forma, o modelo com as variáveis independentes é significativamente melhor que o modelo sem estas ($\chi^2(10) = 339,910$, $p = 0,000$).

Quadro C.2.1.6. – Sumário do Modelo, Bloco 2, voto Unidos Podemos

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	959,561 ^a	,196	,347

Quadro C.2.1.7. – Ajustamento do modelo aos dados, Bloco 2, voto Unidos Podemos

Step	Chi-square	Df	Sig.
1	12,291	8	,139

Os valores estimados estão próximos dos valores observados. Assim, o modelo ajusta-se aos dados ($\chi^2(8) = 12,291$, $p = 0,139$).

**Quadro C.2.1.8. – Determinantes do voto no Unidos Podemos, por comparação com o PP/PSOE,
Bloco 2**

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step P6	-,123	,040	9,407	1	,002	,884
1 ^a P701	-,105	,052	4,041	1	,044	,900

P702	,134	,054	6,081	1	,014	1,143
P703	-,023	,041	,309	1	,579	,978
P8	-,131	,127	1,069	1	,301	1,140
P9	,175	,134	1,714	1	,191	1,191
P10	,156	,100	2,430	1	,119	1,169
P11	,179	,134	1,792	1	,181	1,196
P35	-,636	,060	112,837	1	,000	,529
P55A	-,225	,085	7,010	1	,008	,798
Constant	-,299	,789	,143	1	,705	,742

Variáveis: P6 (Satisfação com o funcionamento da democracia), P701 (Confiança no Parlamento), P702 (Confiança nos Partidos), P703 (Confiança na Justiça), P8 (Avaliação da situação Política), P9 (Avaliação da situação económica nacional), P10 (Avaliação económica retrospectiva), P11 (Avaliação económica prospectiva), P35 (Autoposicionamento esquerda/direita), P55A (Frequência de cerimónias religiosas).

**Quadro C.2.2.1. - Inferência sobre o modelo
(teste do *chi-square*), Bloco 1, voto no Ciudadanos**

	Chi-square	df	Sig.
Step 1 Step	15,510	5	,008
Block	15,510	5	,008
Model	15,510	5	,008

Sendo $p < 0,01$, a diferença entre os dois modelos é estatisticamente significativa. Dessa forma, o modelo com as variáveis independentes é significativamente melhor que o modelo sem estas ($\chi^2(5) = 15,510$, $p = 0,008$).

Quadro C.2.2.2. – Sumário do Modelo, Bloco 1, voto no Ciudadanos

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1515,244 ^a	,010	,016

Quadro C.2.2.3. – Ajustamento do modelo aos dados, Bloco 1, voto no Ciudadanos

Step	Chi-square	Df	Sig.
1	9,885	8	,273

Os valores estimados estão próximos dos valores observados. Assim, o modelo ajusta-se aos dados ($\chi^2(8) = 9,885$, $p = 0,273$).

Quadro C.2.2.4. – Determinantes do voto no Ciudadanos, por comparação com o PP/PSOE, Bloco 2

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a	P6	,019	,034	,307	1	,579	1,019
	P701	-,036	,042	,726	1	,394	,965
	P702	-,094	,042	4,977	1	,026	,910
	P703	,010	,031	,097	1	,755	1,010
	P8	-,050	,084	,358	1	,550	1,051
	Constant	-1,370	,412	11,034	1	,001	,254

Variáveis: P6 (Satisfação com o funcionamento da democracia), P701 (confiança no Parlamento, P702 (Confiança nos Partidos), P703 (Confiança na Justiça), P8 Avaliação da Situação Política).

Quadro C.2.2.5. – Inferência sobre o modelo (teste do *chi-square*), Bloco 2, voto no Ciudadanos

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	19,704	5	,001
	Block	19,704	5	,001
	Model	35,214	10	,000

Sendo $p < 0,001$, a diferença entre os dois modelos é estatisticamente significativa. Dessa forma, o modelo com as variáveis independentes é significativamente melhor que o modelo sem estas ($\chi^2(10) = 35,214$, $p = 0,000$).

Quadro C.2.2.6. – Sumário do Modelo, Bloco 2, voto no Ciudadanos

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	1495,540 ^a	,022	,035

Quadro C.2.2.7. – Ajustamento do modelo aos dados, Bloco 2, Ciudadanos

Step	Chi-square	Df	Sig.
1	8,077	8	,426

Os valores estimados estão próximos dos valores observados. Assim, o modelo ajusta-se aos dados ($\chi^2(8) = 8,077$, $p = 0,426$).

Quadro C.2.2.8. – Determinantes do voto no Ciudadanos, por comparação com o PP e o PSOE,
Bloco 2

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a	P6	,023	,035	,438	1	,508	1,023
	P701	-,038	,043	,802	1	,371	,963
	P702	-,091	,043	4,474	1	,034	,913
	P703	,009	,032	,088	1	,767	1,009
	P8	-,087	,094	,862	1	,353	1,091
	P9	-,173	,100	2,967	1	,085	,841
	P10	,038	,081	,217	1	,641	1,039
	P11	,089	,107	,689	1	,406	1,093
	P35	,048	,037	1,656	1	,198	1,049
	P55A	-,243	,064	14,573	1	,000	,785
	Constant	-1,104	,624	3,127	1	,077	,332

Variáveis: P6 (satisfação com o funcionamento da democracia),
P701 (Confiança no Parlamento), P702 (Confiança nos Partidos),
P703 (Confiança na Justiça),
P8 (Avaliação da Situação Política),
P9 (Avaliação da situação da economia nacional),
P10 (Avaliação económica retrospectiva),
P11 (avaliação económica prospetiva),
P35 (autoposicionamento na escala esquerda/direita),
P55A (frequência de cerimónias religiosas).

Anexo C.3. – Adequabilidade dos Modelos de Regressão Logística

Quadro C.3.1. – Independência das variáveis independentes, Unidos Podemos

Model	Collinearity Statistics	
	Tolerance	VIF
1 (Constant)		
Escala de satisfacción (0-10) con el funcionamiento de la democracia en España	,708	1,412
El Parlamento español	,436	2,292

Los partidos políticos	,500	1,998
El poder judicial	,678	1,476
Valoración de la situación política general de España	,852	1,174
2 (Constant)		
Escala de satisfacción (0-10) con el funcionamiento de la democracia en España	,690	1,448
El Parlamento español	,433	2,309
Los partidos políticos	,495	2,020
El poder judicial	,675	1,482
Valoración de la situación política general de España	,653	1,531
Valoración de la situación económica general de España	,560	1,787
Valoración retrospectiva de la situación económica de España (4 años)	,625	1,600
Valoración prospectiva de la situación económica de España (después de las elecciones)	,654	1,529
Escala de autoubicación ideológica (1-10)	,743	1,346
Frecuencia de asistencia a oficios religiosos	,907	1,102

Quadro C.3.2. – Independência das variáveis independentes, Ciudadanos

Model	Collinearity Statistics	
	Tolerance	VIF
1 (Constant)		
Escala de satisfacción (0-10) con el funcionamiento de la democracia en España	,703	1,422
El Parlamento español	,435	2,301
Los partidos políticos	,503	1,989
El poder judicial	,684	1,461

Valoración de la situación política general de España	,860	1,163
2 (Constant)		
Escala de satisfacción (0-10) con el funcionamiento de la democracia en España	,691	1,448
El Parlamento español	,432	2,316
Los partidos políticos	,497	2,012
El poder judicial	,682	1,466
Valoración de la situación política general de España	,683	1,465
Valoración de la situación económica general de España	,606	1,650
Valoración retrospectiva de la situación económica de España (4 años)	,664	1,506
Valoración prospectiva de la situación económica de España (después de las elecciones)	,685	1,460
Escala de autoubicación ideológica (1-10)	,805	1,242
Frecuencia de asistencia a oficios religiosos	,922	1,085

Segundo os critérios convencionados, os valores de VIF (Variance Inflation Factor) superiores a 5 ou mesmo a 10 e os valores de tolerância inferiores a 0,2 indicam problemas de multicolinearidade (Maroco 2007). Atendendo a estes critérios, estamos em condições de afirmar que não se verificam casos críticos de multicolinearidade.